



INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**CASA CIVIL**

**INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI**



**INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**BRASÍLIA/DF - 2013**

**INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI**

**AUTARQUIA VINCULADA À CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, de 1º de setembro de 2010, da DN TCU nº 119/2012, de 18 de janeiro de 2012 e Portaria-TCU nº 150, de 3 julho de 2012, e orientações do órgão de controle interno.

Brasília/DF – 2013

**Instituto Nacional de Tecnologia da Informação**

**Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República**

**Diretor-Presidente**

Renato da Silveira Martini

**Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA**

Maurício Augusto Coelho

**Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN**

Pedro Paulo Lemos Machado

**Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração**

Liomar Santos Torres

**Procurador Chefe**

André Pinto Garcia

## ÍNDICE

<b>1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.....</b>	<b>7</b>
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO.....	7
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE E RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL .....	7
1.1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL .....	7
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	8
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	14
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	18
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	21
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	22
<b>2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.....</b>	<b>23</b>
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES.....	23
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE.....	23
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	27
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	29
2.4 INDICADORES.....	30
<b>3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.....</b>	<b>31</b>
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	31
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	31
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS .....	31
3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES.....	33
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	34
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	35
<b>4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.....</b>	<b>36</b>
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	36
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE .....	36
4.1.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	36
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da Unidade.....	36
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da Unidade.....	36
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da Unidade.....	44
4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Unidade.....	60
4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Unidade.....	60
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	69
4.2.1 Identificação da Unidade Orçamentária.....	69
4.2.2 Programação de Despesas.....	69
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes.....	69
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital .....	70
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência .....	70
4.2.2.4 Análise Crítica .....	70
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	71
4.2.3.1 Análise Crítica .....	71
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	71

4.2.4.1	Execução da Despesa com Créditos Originários .....	71
4.2.4.1.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários .....	71
4.2.4.1.2	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários .....	72
4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Unidade por Movimentação ..	73
<b>5.</b>	<b>PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>74</b>
5.	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	74
5.1	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	74
5.1.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	74
5.2	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	74
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	74
5.2.2	Análise Crítica.....	74
5.3	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	75
5.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	75
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	75
5.4.1.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	75
5.4.1.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B” .....	75
5.4.1.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	75
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela Unidade.....	76
5.4.1.5	Prestação de Contas de Suprimento de Fundos.....	76
5.4.1.6	Análise Crítica.....	76
5.5	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UNIDADE.....	76
5.6	GESTÃO DE PRECATÓRIOS.....	76
<b>6.</b>	<b>PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>77</b>
6.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	77
6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	77
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade.....	77
6.1.1.1	Situações que reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade.....	78
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	78
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Segundo a Idade.....	78
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Segundo a Escolaridade.....	78
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade.....	79
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos.....	79
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	79
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	79
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registro e Comunicação.....	80
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	80
6.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	80
6.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	80
6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público.....	80
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	81
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade.....	81
6.2.5	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	81
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	82

6.2.7 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	82
<b>7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>83</b>
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	83
7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	83
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO .....	83
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	83
7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	83
7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da Unidade .....	84
<b>8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>85</b>
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO .....	85
8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	85
8.2 Análise Crítica.....	86
<b>9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012 . .....</b>	<b>87</b>
9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	87
9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	87
9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	89
<b>10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012 . .....</b>	<b>90</b>
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	90
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	90
10.1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	90
10.1.2 DELIBERAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	90
10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	90
10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI N.º 8.730/93.....	90
10.3.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93.....	90
10.3.2 ANÁLISE CRÍTICA.....	91
10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	91
<b>11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012 . .....</b>	<b>92</b>
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	92
11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	92
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	92
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	92
11.2.1 Declaração com Ressalva.....	92
11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI N.º 4.320/1964 E PELA ABC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC N.º 1.133/2008.....	93
11.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI N.º 6.404/1976..	93
11.5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS.....	93
11.6 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	93

**1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.**

**1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO**

**1.1. Identificação da Unidade**

**1.1.1. Relatório de Gestão Individual**

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Casa Civil da Presidência da República		<b>Código SIORG:</b> 047388	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Instituto Nacional de Tecnologia da Informação			
<b>Denominação Abreviada:</b> ITI			
<b>Código SIORG:</b> 047388		<b>Código LOA:</b> 20204	<b>Código SIAFI:</b> 243001
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia Federal		<b>CNPJ:</b> 04.039.532/0001-93	
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em geral		<b>Código CNAE:</b> 8411600	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 3424-3850	(061) 3424-3897	Fax: (061) 3424-3910
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:iti.gabinete@iti.gov.br">iti.gabinete@iti.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.iti.gov.br">http://www.iti.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> SCN Quadra 2, Bloco E – Brasília – DF – CEP 70712-905			
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
Autarquia Federal criada por intermédio do Art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, inicialmente vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e, posteriormente vinculada à Casa Civil da Presidência da República, através do Decreto nº 4.566, de 1º de janeiro de 2003, revogado pelo Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007. Sua estrutura está definida no Decreto nº 4.689, de 7 de maio de 2003.			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
A legislação pertinente à ICP Brasil – Medida Provisória, Decretos, Resoluções, Instruções Normativas e Portarias encontram-se disponíveis no link: <a href="http://www.iti.gov.br/legislacao">http://www.iti.gov.br/legislacao</a> . Nesse link também encontram-se disponíveis as normas da ICP – Brasil: Estrutura Normativa da ICP – Brasil, Documentos Principais, Manuais de Condutas Técnicas, Adendos, Manual de uso da marca ICP – Brasil, Plano de adoção de novos padrões criptográficos e Glossário ICP – Brasil.			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>			
Manual de perguntas e respostas Jurídicas – ICP – Brasil, disponível no link <a href="http://www.iti.gov.br/images/publicacoes/manuais/manual_per_pfe.pdf">http://www.iti.gov.br/images/publicacoes/manuais/manual_per_pfe.pdf</a> , Cartilha: O que é a Certificação Digital, disponível no link: <a href="http://www.iti.gov.br/images/publicacoes/cartilhas/cartilhaentenda.pdf">http://www.iti.gov.br/images/publicacoes/cartilhas/cartilhaentenda.pdf</a> , Cartilha: Certificação Digital: Entenda e utilize, disponível no link: <a href="http://www.iti.gov.br/publicacoes/cartilhas/3893-certificacao-digital-entenda-e-utilize">http://www.iti.gov.br/publicacoes/cartilhas/3893-certificacao-digital-entenda-e-utilize</a> , “Conheça o significado das siglas mais importantes da Certificação Digital”, disponível no link: <a href="http://www.iti.gov.br/publicacoes/folders/3892-conheca-o-significado-das-siglas-mais-importantes-da-certificacao-digital">http://www.iti.gov.br/publicacoes/folders/3892-conheca-o-significado-das-siglas-mais-importantes-da-certificacao-digital</a> , “Certificado Digital: Saiba como obter um certificado digital e quais os benefícios para sua vida”, disponível no link: <a href="http://www.iti.gov.br/publicacoes/folders/3891-certificado-digital-saiba-como-obter-um-certificado-digital-e-quais-os-beneficios-para-sua-vida">http://www.iti.gov.br/publicacoes/folders/3891-certificado-digital-saiba-como-obter-um-certificado-digital-e-quais-os-beneficios-para-sua-vida</a> e “Revista Digital”, produzida pelo ITI sobre os avanços e benefícios da Certificação Digital ICP – Brasil, exemplares disponíveis no link: <a href="http://www.iti.gov.br/publicacoes/revista-digital">http://www.iti.gov.br/publicacoes/revista-digital</a> .			

---

---

## 1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

---

---

O *Instituto Nacional de Tecnologia da Informação- ITI* foi criado como autarquia federal pelo Art. 12 da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, com sede e foro no Distrito Federal, vinculada, na forma do Decreto nº 4.566, de 1º de janeiro de 2003, à Casa Civil da Presidência da República, com a finalidade de ser a Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP – Brasil, que tem as seguintes competências:

- I - executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil;
- II – propor a revisão e a atualização das normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil;
- III – gerenciar os certificados das Autoridades Certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu, incluindo emissão, expedição, distribuição e revogação desses documentos;
- IV – gerenciar a lista de certificados emitidos, revogados e vencidos;
- V – executar as atividades de fiscalização e de auditoria das Autoridades Certificadoras – AC, Autoridades de Registro – AR e dos prestadores de serviços habilitados na ICP – Brasil, em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil;
- VI – aplicar sanções e penalidades, na forma da lei; e
- VII – emitir certificado para o funcionamento das AC, das AR e dos prestadores de serviço de suporte da ICP – Brasil.

Além das competências operacionais, cumpre ainda ao ITI:

- I - promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;
- II – celebrar e acompanhar a execução de convênios e acordos internacionais de cooperação, no campo das atividades de infraestrutura de chaves públicas e áreas afins, ouvido o Comitê Gestor da ICP – Brasil;
- III – estimular a participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento, nas atividades de interesse da área da segurança da informação e da infraestrutura de chaves públicas;
- IV – estimular e articular projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico voltados à ampliação da cidadania digital, por meio da utilização de certificação e assinatura digitais ou de outras tecnologias que garantam a privacidade, autenticidade e integridade de informações eletrônicas; e
- V – executar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil.

Ao ITI compete ainda, na forma estabelecida pelo Decreto 6.605, de 14 de outubro de 2008, atuar como Secretaria Executiva do Comitê Gestor da ICP – Brasil, chefiada pelo Diretor-Presidente do ITI, no papel de Secretário Executivo do Comitê.

*O Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas - CG ICP – Brasil*, instituído



pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, exerce a função de autoridade gestora de políticas da referida Infraestrutura.

*O Comitê Gestor da ICP – Brasil* tem a função de:

- I - coordenar o funcionamento da ICP – Brasil;
- II - estabelecer a política, os critérios e as normas técnicas para o credenciamento das Autoridades Certificadoras – AC, Autoridades de Registro – AR, Autoridades de Carimbo do Tempo – ACT e demais prestadores de serviço de suporte à ICP – Brasil, em todos os níveis da cadeia de certificação;
- III - estabelecer a política de certificação e as regras operacionais da AC Raiz;
- IV – auditar e fiscalizar a AC Raiz e os seus prestadores de serviço de suporte;
- V – estabelecer diretrizes e normas técnicas para a formulação de políticas de certificado e regras operacionais das AC, AR e ACT e definir níveis da cadeia de certificação;
- VI – aprovar políticas de certificados e regras operacionais, credenciar e autorizar o funcionamento das AC, das AR, das ACT e demais prestadores de serviço de suporte, bem como autorizar a AC Raiz a emitir o correspondente certificado;
- VII – identificar e avaliar as políticas de infraestruturas de certificação externas, negociar acordos de certificação bilateral, de certificação cruzada, regras de interoperabilidade e outras formas de cooperação internacional, certificar, quando for o caso, sua compatibilidade com a ICP – Brasil, observado o disposto em tratados, acordos ou atos internacionais;
- VIII – aprovar as normas para homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital no âmbito da ICP – Brasil;
- IX – atualizar, ajustar e revisar os procedimentos e as práticas estabelecidas para a ICP – Brasil, de modo a garantir sua compatibilidade e promover a atualização tecnológica do sistema e a sua conformidade com as políticas de segurança; e
- X – aprovar seu regimento interno.

Na prática o Comitê Gestor da ICP – Brasil é uma autoridade gestora de políticas.

É composto por doze membros e respectivos suplentes, sendo cinco representantes da sociedade civil, integrantes de setores interessados e representantes dos seguintes órgãos:

- I - Casa Civil da Presidência da República, que coordena o Comitê;
- II – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- III – Ministério da Justiça;
- IV – Ministério da Fazenda;
- V – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- VI – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e
- VII – Ministério da Ciência e Tecnologia.

Os representantes da sociedade civil são:

- I – Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN;
- II – Associação de Juízes Federais do Brasil – AJUFE;
- III – Sociedade Brasileira de Computação – SBC;
- IV – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC
- V – Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico - Câmara E-Net

### ***Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)***

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) é uma cadeia hierárquica e de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação virtual do cidadão. Observa-se que o modelo adotado pelo Brasil foi o de certificação com raiz única, sendo que o ITI, além de desempenhar o papel de Autoridade Certificadora Raiz (AC-Raiz), também tem o papel de credenciar e descredenciar os demais participantes da cadeia, supervisionar e fazer auditoria dos processos.

#### ***AC Raiz***

A Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil (AC-Raiz) é a primeira autoridade da cadeia de certificação. Executa as Políticas de Certificados e Normas Técnicas e Operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Portanto, compete à AC-Raiz emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das autoridades certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu.

A AC-Raiz também está encarregada de emitir a lista de certificados revogados (LCR) e de fiscalizar e auditar as Autoridades Certificadoras (ACs), Autoridades de Registro (ARs) e demais prestadores de serviço habilitados na ICP-Brasil. Além disso, verifica se as ACs estão atuando em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

#### ***AC - Autoridade Certificadora***

Uma Autoridade Certificadora (AC) é uma entidade, pública ou privada, subordinada à hierarquia da ICP-Brasil, responsável por emitir, distribuir, renovar, revogar e gerenciar certificados digitais. Tem a responsabilidade de verificar se o titular do certificado possui a chave privada que corresponde à chave pública que faz parte do certificado. Cria e assina digitalmente o certificado do assinante, onde o certificado emitido pela AC representa a declaração da identidade do titular, que possui um par único de chaves (pública/privada).

Cabe também à AC emitir listas de certificados revogados (LCR) e manter registros de suas operações sempre obedecendo às práticas definidas na Declaração de Práticas de Certificação (DPC). Além de estabelecer e fazer cumprir, pelas Autoridades Registradoras (ARs) a ela vinculadas, as políticas de segurança necessárias para garantir a autenticidade da identificação realizada.

#### ***AR - Autoridade de Registro***

Uma Autoridade de Registro (AR) é responsável pela interface entre o usuário e a Autoridade Certificadora. Vinculada a uma AC, tem por objetivo o recebimento, validação, encaminhamento de solicitações de emissão ou revogação de certificados digitais e identificação, de

forma presencial, de seus solicitantes. É responsabilidade da AR manter registros de suas operações. Pode estar fisicamente localizada em uma AC ou ser uma entidade de registro remota.

### **ACT - Autoridade Certificadora do Tempo**

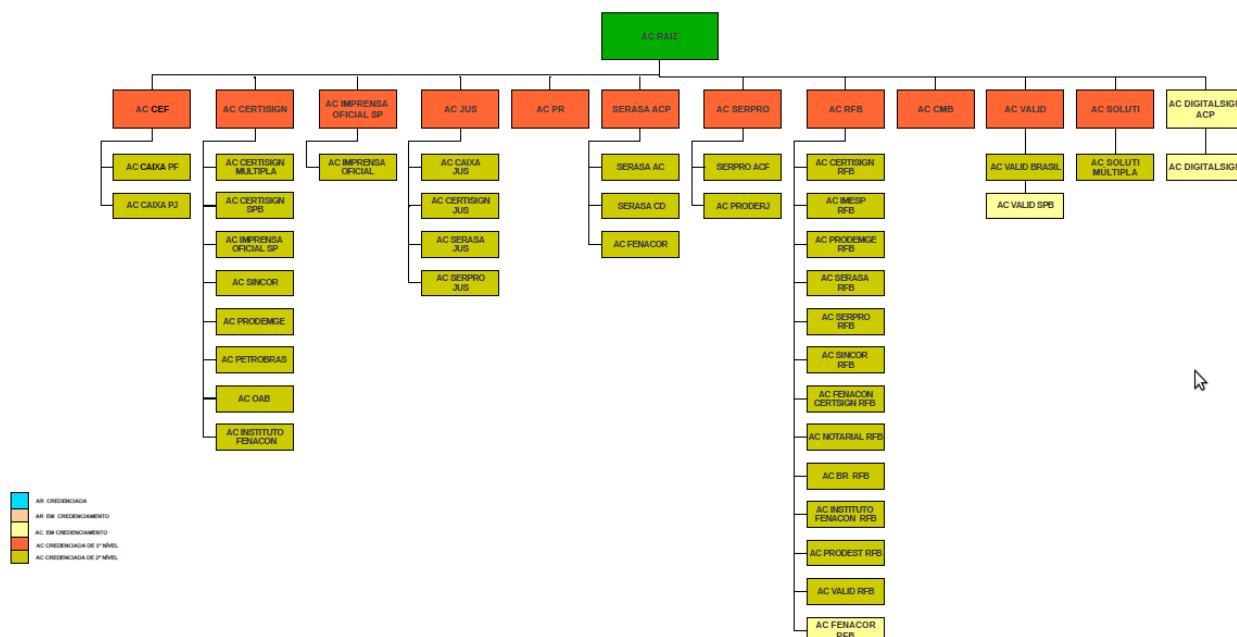
Uma Autoridade Certificadora do Tempo (ACT) é uma entidade na qual os usuários de serviços de Carimbo do Tempo confiam para emitir Carimbos do Tempo. A ACT tem a responsabilidade geral pelo fornecimento do Carimbo do Tempo, conjunto de atributos fornecidos pela parte confiável do tempo que, associado a uma assinatura digital, confere provar a sua existência em determinado período.

Na prática, um documento é produzido e seu conteúdo é criptografado. Em seguida, ele recebe os atributos ano, mês, dia, hora, minuto e segundo, atestado na forma da assinatura realizada com certificado digital servindo assim para comprovar sua autenticidade. A ACT atesta não apenas a questão temporal de uma transação, mas também seu conteúdo.

### **Estrutura**

#### **ICP-Brasil**

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil está composta das seguintes Autoridades Certificadoras de 1º Nível e de 2º Nível.



#### **SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados**

Primeira Autoridade Certificadora de 1º nível credenciada pela ICP-Brasil, a empresa busca desde a criação de seu Centro de Certificação Digital - CCD, em 1999, divulgar o uso dessa tecnologia para os vários segmentos com que trabalha.

## **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Única instituição financeira credenciada como Autoridade Certificadora ICP-Brasil, a Caixa Econômica Federal tem trabalhado também para que a certificação digital integre serviços que resultem em melhoras para seus funcionários, clientes e titulares das contas de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

## **SERASA EXPERIAN**

Autoridade Certificadora do setor privado, a Serasa fornece a segurança dos certificados digitais para quase todos os grupos financeiros participantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

## **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**

A Receita Federal do Brasil (RFB) disponibiliza uma grande quantidade de serviços com o objetivo de simplificar ao máximo a vida dos contribuintes, facilitando o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias para os que possuem certificados digitais ICP-Brasil.

## **CERTISIGN**

A Certisign tem duplo foco no ramo da certificação digital. Além de fornecer a ferramenta tecnológica, o grupo desenvolve soluções para uso exclusivo com certificados digitais ICP-Brasil.

## **IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

A Imprensa Oficial é a Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo credenciada para oferecer produtos e serviços de certificação digital para os poderes executivo, legislativo e judiciário, incluindo todas as esferas da administração pública, direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

### **AC JUS**

A AC-JUS alavancou definitivamente a implantação da Certificação Digital no Judiciário com o desenvolvimento de aplicações para comunicação e troca de documentos, agora com validade legal, viabilizando dessa forma o advento do Processo Judicial Eletrônico (PJ-e).

### **AC PR**

Credenciada a emitir Certificados Digitais totalmente aderentes às normas, padrões e recomendações estabelecidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, a AC PR foi criada em abril de 2002, por uma iniciativa da Casa Civil, no âmbito do governo eletrônico (e-Gov) e tem como objetivo emitir e gerir certificados digitais das autoridades da Presidência da República, ministros de estado, secretários-executivos e assessores jurídicos que se relacionem com a PR.

## **CASA DA MOEDA DO BRASIL**

Entre as mais antigas instituições públicas brasileira, a instituição consolida o objetivo de modernização de sua estrutura produtiva e administrativa, bem como se habilita para atender ao mercado de segurança na era virtual.

## **VALID CERTIFICADORA DIGITAL**

A AC Valid, 10ª entidade a credenciar-se como AC de 1º nível, atua no mercado de certificação digital focando suas atividades em tecnologias que resultem na prestação de serviços. Além da emissão dos certificados, a Valid oferece serviços de tecnologia para infraestrutura de chaves públicas, consultoria e suporte no comando de processos e atividades de apoio a Autoridades de Registro.

## **SOLUTI CERTIFICAÇÃO DIGITAL**

Especializada em tecnologia da informação com atuação em todo o território brasileiro, em 2012 a Soluti tornou-se a 11ª Autoridade Certificadora (AC) de 1º nível vinculada a ICP-Brasil. A Soluti já atuava como Autoridade de Registro (AR) em vários estados do País oferecendo serviços, produtos e soluções em certificação digital.

## **Objetivos Estratégicos da Unidade**

O grande objetivo estratégico do Instituto tem sido a **Massificação do Uso da Certificação Digital ICP - Brasil**.

A **Certificação Digital** permite que transações, como comércio eletrônico, assinatura de contratos, operações bancárias, iniciativas do governo eletrônico, petições judiciais, prontuários eletrônicos, entre outras sejam realizadas de forma virtual, via Internet, com segurança porque garante identificação inequívoca do cidadão e confere validade jurídica aos atos praticados com o uso do Certificado Digital ICP – Brasil.

O ano de 2012 foi marcado pelo grande desafio de disponibilizar ao cidadão não apenas o documento eletrônico, mas verdadeiros balcões *online* repletos de serviços e transações que facilitem sua vida e a desburocratizem, a partir do uso do Certificado Digital ICP – Brasil.

No âmbito do PPA 2012-2015, muito embora não tenha sob sua responsabilidade um programa de temático específico, sua contribuição ao Governo, à Sociedade e ao Cidadão está inserida no contexto do **Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento de Gestão Pública**, no âmbito do **Objetivo** “Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação”, mais especificamente na **Iniciativa**:

**“Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.”**

Assim, as responsabilidades institucionais legais do ITI contempla o desenvolvimento de ações para o atendimento das seguintes **Diretrizes Estratégicas**:

- I – Operacionalização, Auditoria e Fiscalização do Sistema Nacional de Certificação Digital
- II – Normatização e Regulação
- III – Prospecção e Evolução Tecnológica
- IV – Fomento a aplicações com uso da Certificação Digital
- V – Sensibilização e Capacitação
- VI – Reestruturação Organizacional do ITI
- VII – Reestruturação Orçamentária
- VIII – Monitoramento de Projetos de Lei que disciplinem o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação de interesse da ICP Brasil.

---

---

## 1.3 Organograma Funcional

---

---

O ITI tem a seguinte **estrutura organizacional**:

I – órgão de assistência direta e imediata ao Diretor-Presidente:

a) Gabinete; e

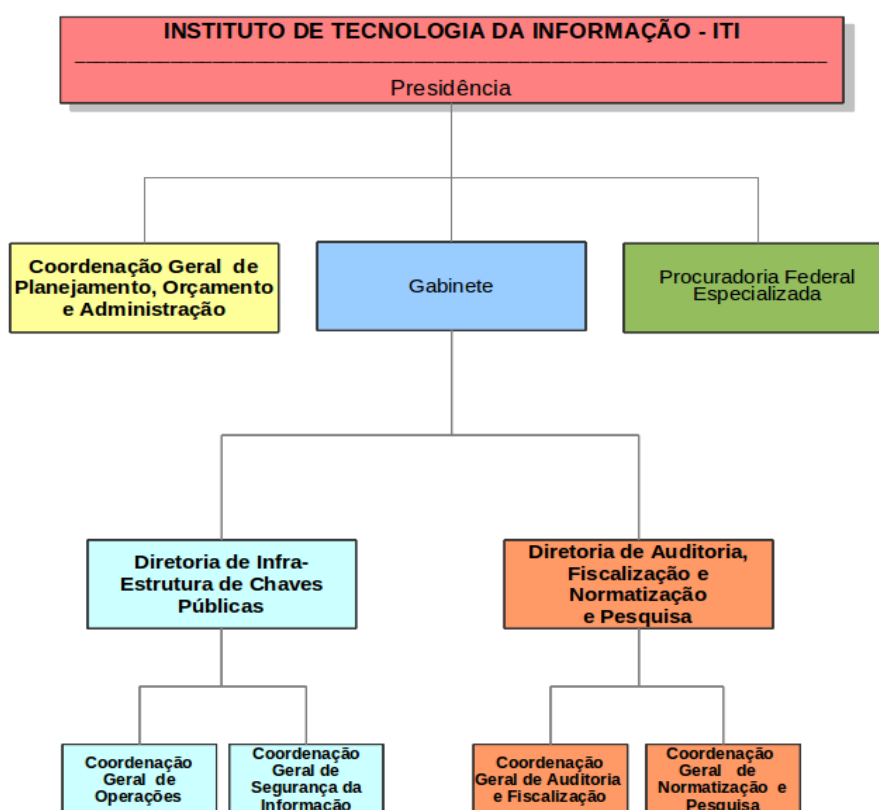
b) Procuradoria Federal Especializada.

II – órgão seccional: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração;

III – órgãos específicos singulares:

a) Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas; e

b) Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.



---

---

## Quadro de Competências

---

---

### Compete ao **Gabinete**:

- I- Assistir ao Diretor-Presidente do ITI em sua representação política social e ocupar-se da comunicação social e do preparo do seu expediente administrativo;
- II- Providenciar a publicação e a divulgação das matérias de interesse do ITI;
- III- Coordenar o planejamento e a elaboração da pauta de despachos e audiências do Diretor-Presidente;
- IV- Providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional, encaminhados pela Casa Civil da Presidência da República;
- V- Acompanhar a tramitação de projetos de interesse específico do ITI no Congresso Nacional; e
- VI- Realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

### Compete à **Procuradoria Federal Especializada**:

- I- Exercer a representação judicial e extrajudicial do ITI, atuando nos processos em que a Autarquia for autora, ré, oponente ou assistente;
- II- Cumprir e velar pelo cumprimento das orientações normativas emanadas da Procuradoria-Geral Federal;
- III- Prestar assessoria direta e imediata ao Diretor-Presidente e aos órgãos da Estrutura Regimental do ITI, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº-73, de 10 de fevereiro de 1993;
- IV- Examinar e aprovar minutas de editais de licitação, de instrumentos de contratos, de convênios e de outros atos criadores de direitos e obrigações, que devam ser celebrados pelo ITI;
- V- Analisar e apresentar soluções sobre questões suscitadas pela aplicação das leis e dos regulamentos relativos às atividades desenvolvidas pelo ITI;
- VI- Examinar e emitir pareceres sobre projetos de atos normativos a serem expedidos ou propostos pelo ITI;
- VII- Apurar a liquidez e a certeza dos créditos de qualquer natureza, resultantes das atividades implementadas pelo ITI, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial; e
- VIII- Realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

### Compete à **Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração**:

- I- Compete planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC
- II- Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de



Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira, no âmbito do ITI.

Compete à **Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas:**

- I- Dirigir a operação da AC Raiz;
- II- Orientar a elaboração de normas e procedimentos operacionais da AC Raiz e da Segurança da Informação para o ITI;
- III- Propor a contratação de projetos relativos à operacionalização da AC Raiz, a serem executados com recursos do ITI;
- IV- Propor a celebração de convênios, acordos, ajustes e de outros instrumentos congêneres de cooperação técnica, no âmbito de sua atuação;
- V- Coordenar e executar a emissão de certificado para as AC de nível imediatamente subsequente ao da AC Raiz da ICP-Brasil; e
- VI- Realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

Compete à **Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização:**

- I- Planejar, coordenar, supervisionar, executar, avaliar e controlar as atividades relacionadas com auditoria, fiscalização e normalização no âmbito da ICP-Brasil e com a definição dos diversos *object identifier - OID*;
- II- Atuar como credenciador de empresas de auditoria e auditores independentes para prestação de serviços à ICP-Brasil;
- III- Propor a celebração de convênios, acordos, ajustes e de outros instrumentos congêneres de cooperação técnica, no âmbito de sua atuação;
- IV- Elaborar propostas de revisão das normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil; e
- V- Realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

---

---

## 1.4 Macroprocessos Finalísticos

---

---

Os macroprocessos finalísticos estão centrados nos seguintes processos:

### **Operacionalizar da Autoridade Certificadora Raiz – AC – RAIZ**

O ITI tem a responsabilidade de assegurar o funcionamento do sistema “24hs por dia, sete dias por semana, 365 dias/ano”, a uma taxa 99,99% de disponibilidade.

O ITI também tem a missão institucional de coordenar e executar a emissão, expedição, distribuição, revogação e gerenciamento de certificado para as AC - Autoridades Certificadoras de nível imediatamente subsequente ao da AC Raiz da ICP-Brasil, além de emitir a lista de certificados emitidos, vencidos e revogados - Lista de Certificados Revogados (LCR).

### **Avanços Tecnológicos**

Ao Instituto cabe propor a celebração de convênios, acordos, ajustes e de outros instrumentos congêneres de cooperação técnica, no âmbito de sua atuação.

Tem ainda a missão de estimular a participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento, nas atividades de interesse da área da segurança da informação e da infraestrutura de chaves públicas, bem como estimular e articular projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico voltados à ampliação da cidadania digital, por meio da utilização de certificação e assinatura digitais ou de outras tecnologias que garantam a privacidade, autenticidade e integridade de informações eletrônicas.

Para tanto o Instituto mantém Acordos de Cooperação com universidades como é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina - USFC, que desenvolve trabalhos de pesquisa e desenvolvimento do criptossistema, além de promover estudos de pós-graduação e doutorado na área de certificação digital, gerando *expertise* na área.

### **Normatização**

O ITI tem a função de orientar a elaboração de normas e procedimentos operacionais da AC Raiz e da Segurança da Informação para o ITI, a serem proposto para o Comitê Gestor da ICP – Brasil, como forma de manter um arcabouço legal e normativo que agregue segurança e padronização ao sistema.

### **Parceiros**

O Instituto deve ainda promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes e de outros instrumentos congêneres de cooperação técnica, no âmbito de sua atuação.

Nesse sentido, a Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normatização - DAFN atuou em 2012 na elaboração e implementação e capacitação em avaliação, implementação e gerenciamento de certificados digitais em soluções de Infraestrutura de Chaves Públicas, dentro do programa de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, no caso Brasil – Cabo Verde, coordenado pela ABC – Agência Brasileira de Cooperação – MRE, com recursos financeiros das Nações Unidas (PNUD).

### **Auditorias e Fiscalizações**

A Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização tem poder de polícia para

auditar e fiscalizar as Autoridades Certificadoras (ACs), Autoridades de Registro (ARs) e demais prestadores de serviço habilitados na ICP – Brasil para verificar se as ACs estão atuando em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

## **Auditorias**

### **Como funciona**

As auditorias no âmbito da Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira (ICP-Brasil) são realizadas de forma independente e reguladas pela Resolução n.º 72, que dita as normas de credenciamento das empresas que realizarão as mesmas. O documento citado também norteia o conceito de metodologia da auditoria, como manuais, roteiros, papéis de trabalho, mapa de riscos, procedimentos, técnicas, formulários, relatórios e modelos.

Os trabalhos de auditoria são regidos pelo Código de Ética e princípios éticos para o exercício das atividades de auditoria interna e independente estabelecidos pelos diversos órgãos reguladores ou de classe, como o Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Monetários (CVM), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Information Systems Audit and Control Association (Isaca), Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Audibra) e Instituto dos Auditores Internos (IIA).

As auditorias são divididas em dois tipos: pré-operacionais e operacionais. As auditorias pré-operacionais são as realizadas antes do início das atividades do candidato a Prestador de Serviço de Certificação (PSC), quer seja Autoridade Certificadora (AC), Autoridade de Carimbo do Tempo (ACT), Autoridade de Registro (AR) ou Prestador de Serviço de Suporte (PSS).

As operacionais são as realizadas anualmente, considerado o ano civil, em todos os PSC para manutenção do credenciamento junto à ICP-Brasil. Tais auditorias ocorrerão a partir do primeiro ano civil seguinte à data do Diário Oficial da União (DOU) que publicar o credenciamento do PSC.

### **Credenciamento**

O credenciamento tem que cumprir requisitos conforme descrição da Resolução n.º 72. O credenciamento deve ocorrer mediante entrega do formulário no ITI. Este credenciamento autoriza a realização de auditoria no âmbito da ICP-Brasil.

### **Fiscalizações**

A fiscalização tem como objetivo verificar o cumprimento das resoluções, normas, procedimentos e atividades dos Prestadores de Serviço de Certificação (PSC), Autoridades Certificadoras (AC) e Autoridades de Registro (AR), com a finalidade de examinar se as operações de cada um deles, isolada ou conjuntamente, estão em conformidade com as suas respectivas Declarações de Práticas de Certificação (DPC), Políticas de Certificado (PC), Políticas de Segurança (PS) e as demais resoluções e normas gerais estabelecidas para as entidades integrantes da ICP-Brasil.

A fiscalização e o respectivo andamento do processo são normatizados pela Resolução n.º 45 – DOC-ICP 09.

O planejamento da fiscalização é semestral e o processo pode variar de 15 a 120 dias,

sendo que poderá ser iniciado por denúncia feita por usuário de certificação digital da ICP-Brasil ou por constatação de ameaça à confiabilidade da ICP-Brasil. Em caso de denúncia, por solicitação do Presidente da AC Raiz ou do Secretário Executivo do Comitê Gestor da ICP-Brasil, a fiscalização poderá atuar sobre qualquer item ou regulamento previsto nas resoluções em vigor.

Quando se conclui um processo de fiscalização, pode-se dizer que foi encerrado por conformidade ou por aplicação de penalidade. Dessa forma, as AC e AR podem acompanhar o processo de fiscalização.,

## **Responsáveis**

As fiscalizações são de responsabilidade do fiscal da ICP-Brasil, servidor vinculado e lotado na Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização da AC Raiz e no exercício das funções de fiscal.

## **Como solicitar**

A fiscalização pode ser deflagrada a partir de denúncia feita por usuário de certificação digital da ICP-Brasil ou por constatação de ameaça à confiabilidade da ICP-Brasil, após observação dos relatórios das auditorias.

## **Homologações**

No decorrer de 2012, o ITI desenvolveu com o Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia regras que nortearão os Requisitos de Avaliação de Conformidade (RAC) para equipamentos de certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

A proposta visa migrar de um modelo próprio de reconhecimento e acreditação de hardwares para o sistema Inmetro, internacionalmente reconhecido e que aumentará o número de Laboratórios de Ensaio e Auditorias (LEA) em todo o território nacional.

A expectativa é de publicar já nos primeiros dias de 2013 os Requisitos de Avaliação de Conformidade (RAC) para equipamentos de certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, e assim, fazer surgir formalmente o processo de certificação no Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (SBAC) dos produtos utilizados para a operação da certificação ICP-Brasil (cartões, leitoras, tokens e HSMs).

Há regras de transição a serem observadas durante a migração para o Inmetro. Com a oficialização do Programa de Avaliação de Conformidade, com total governança do Inmetro, todo e qualquer depósito de novas homologações está suspenso até que Organismos de Certificação de Produtos (OCPs) sejam habilitados.

Outra situação refere-se a processos já homologados, que não perderão sua validade. Com a Instituição deste novo modelo de conformidade, haverá a manutenção da homologação concedida anteriormente. Esses produtos já acreditados deverão passar, no prazo de 12 meses a contar da data de publicação do RAC, por esta manutenção. Por fim, os processos que estão em andamento permanecerão sendo avaliados pelo LEA – Laboratório de Ensaio e Auditorias.

O Instituto atuou em todas essas frentes institucionais e seus resultados estão consignados no campo de “Análise Crítica “ de cada ação.

---

---

## **1.5 Macroprocessos de Apoio**

---

---

Os macroprocessos de apoio essenciais ao funcionamento da Unidade referem-se à execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), de Serviços Gerais (SISG) e de Organização e Modernização Administrativa (SOMAD), bem como a gestão do Planejamento, Orçamento (SIOP) e Administração Financeira (SIAFI), levadas a efeito pela Coordenação-Geral Planejamento, Orçamento e Administração - CGPOA.

A CGPOA ainda é responsável pela gestão de todos os contratos de serviços e terceirização de mão obra que garantem o pleno funcionamento da Autarquia.

Nesse sentido, destacam-se a administração de redes e comunicação levada a efeito pela CGPOA, que garante a disponibilidade e segurança do sistema, o atendimento a usuários, o apoio no desenvolvimento de projetos básicos na área de tecnologia, quer seja para contratação de serviços e/ou aquisição de equipamentos.

---

---

## 1.6 Principais Parceiros

---

---

O Instituto mantém relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior, universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área da segurança da informação e da infraestrutura de chaves públicas, no que diz respeito à utilização de certificação e assinatura digitais ou de outras tecnologias que garantam a privacidade, autenticidade e integridade de informações eletrônicas.

Para tanto, o Instituto mantém Acordos de Cooperação com universidades como é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina - USFC, que desenvolve trabalhos de pesquisa e desenvolvimento do criptosistema, além de promover estudos de pós-graduação e doutorado na área de certificação digital.

Nesse sentido, a Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normatização - DAFN atuou em 2012 na elaboração e implementação e capacitação em avaliação, implementação e gerenciamento de certificados digitais em soluções de Infraestrutura de Chaves Públicas, dentro do programa de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, no caso Brasil – Cabo Verde, coordenado pela ABC – Agência Brasileira de Cooperação – MRE, com recursos financeiros das Nações Unidas (PNUD).

No decorrer de 2012, o ITI desenvolveu com o Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia regras que nortearão os Requisitos de Avaliação de Conformidade (RAC) para equipamentos de certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

A proposta visa migrar de um modelo próprio de reconhecimento e acreditação de hardwares para o sistema Inmetro, internacionalmente reconhecido e que aumentará o número de Laboratórios de Ensaios e Auditorias (LEA) em todo o território nacional.

A expectativa é de publicar já nos primeiros dias de 2013 os Requisitos de Avaliação de Conformidade (RAC) para equipamentos de certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, e assim, fazer surgir formalmente o processo de certificação no Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (SBAC) dos produtos utilizados para a operação da certificação ICP-Brasil (cartões, leitoras, tokens e HSMs).

---

---

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES

---

---

---

---

2.1. Planejamento das Ações da Unidade

---

---

O Instituto desenvolveu seu Planejamento Estratégico para o período de 2012-2014, o documento encontra-se disponível em sua página institucional no endereço: [www.iti.gov.br/institucional/politicas2](http://www.iti.gov.br/institucional/politicas2).

A metodologia adotada para desenvolvimento de Planejamento Estratégico foi o sistema gerencial denominado Balanced Scorecard – BSC, que permite o alinhamento de objetivos, indicadores, metas e iniciativas, facilitando a atuação coordenada de todas as áreas frente as diretrizes estratégicas.

O *Balanced Scorecard* - BSC resume em um único documento, indicadores de performance em quatro perspectivas, que ajustadas à realidade do ITI, seriam:

- **Sociedade:** direcionamento das ações para atender as necessidades e expectativas dos usuários do serviço de Certificação Digital ICP – Brasil;
- **Processos Internos:** priorização dos processos de trabalho relevantes e sensíveis, no âmbito de uma estrutura organizacional compatível com a responsabilidade institucional, visando à melhoria constante e ao uso da melhor tecnologia para garantir a segurança de transações e documentos eletrônicos;
- **Aprendizado e Crescimento:** promoção do desenvolvimento das pessoas, da infraestrutura de recursos, da tecnologia e do conhecimento;
- **Orçamento:** destinação prioritária dos recursos orçamentários e financeiros para a realização dos objetivos e ações estratégicas.

O Planejamento Estratégico do ITI foi elaborado a partir de suas competências constitucionais, legais e normativas, previstas nos seguintes documentos ([www.iti.gov.br/legislacao](http://www.iti.gov.br/legislacao)):

- a) [Medida Provisória nº 2.200-2](#), de 24 de Agosto de 2001. - Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, e dá outras providências.
- b) [Decreto nº 3.505](#), de 13 de Junho de 2000.- Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
- c) [Decreto nº 3.872](#), de 18 de Julho de 2001. - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - CGICP-Brasil, sua Secretaria-Executiva, sua Comissão Técnica Executiva e dá outras providências.
- d) [Decreto nº 3.996](#), de 31 de Outubro de 2001. - Dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal.
- e) [Decreto nº 4.414](#), de 07 de Outubro de 2002. - Altera o Decreto no 3.996, de 31 de Outubro de 2001, que dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal.
- f) [Decreto nº 4.689](#), de 07 de Maio de 2003. - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

- ITI, e dá outras providências, e

g) [Decreto nº 6.605](#), de 14 de Outubro de 2008. - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil, sua Secretaria-Executiva e sua Comissão Técnica Executiva – COTEC.

No âmbito do PPA 2012-2015, muito embora não tenha sob sua responsabilidade um programa de temático específico, sua contribuição ao Governo, à Sociedade e ao Cidadão está inserida no contexto do **Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento de Gestão Pública**, no âmbito do **Objetivo** “Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação”, mais especificamente na **Iniciativa**:

***“Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.”***

Assim, as responsabilidades institucionais legais do ITI contempla o desenvolvimento de ações para o atendimento das seguintes **Diretrizes Estratégicas**:

I – Operacionalização, Auditoria e Fiscalização do Sistema Nacional de Certificação Digital

II – Normatização e Regulação

III – Prospecção e Evolução Tecnológica

IV – Fomento a aplicações com uso da Certificação Digital

V – Sensibilização e Capacitação

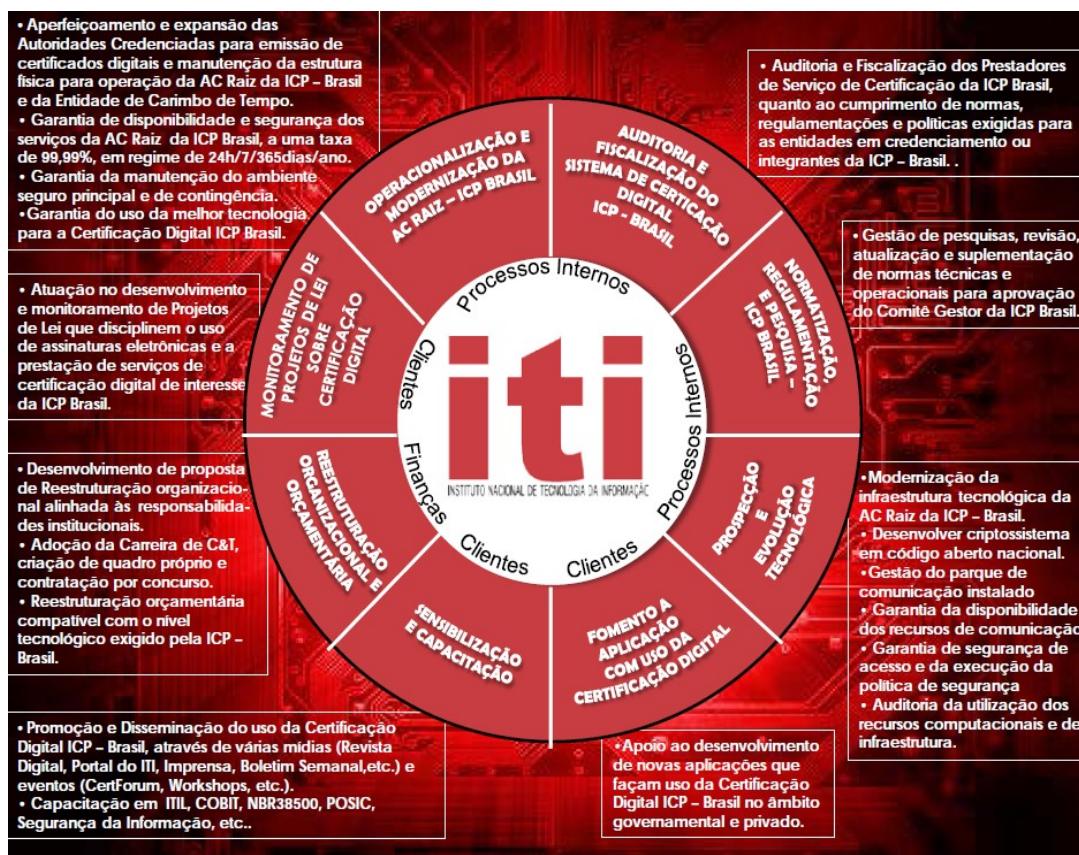
VI – Reestruturação Organizacional do ITI

VII – Reestruturação Orçamentária

VIII – Monitoramento de Projetos de Lei que disciplinem o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação de interesse da ICP Brasil.



O Mapa Estratégico da Unidade evidencia as principais ações desenvolvidas em cada eixo para o cumprimento da missão institucional.



Mapa Estratégico do ITI – 2012-2014

No âmbito orçamentário, o Instituto conta com as seguintes **ações finalísticas**:

4858 – Capacitação em Certificação Digital

4912 – Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviços de Certificação Digital (PSC) da ICP – Brasil

4917 – Funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil

7264 – Desenvolvimento e Implantação do Criptossistema da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil

As ações orçamentárias para gestão da Unidade estão inseridas na programática 2101 – Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República – Ações 2000 – Administração da Unidade e 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Sob o ponto de vista das despesas obrigatórias, o Instituto dispõe das seguintes ações:

09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais  
2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes  
2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados  
2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados  
2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados  
20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos  
00H1 – Pagamento de Pessoal Ativo da União.

---

---

## 2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

---

---

O Instituto envidou esforços para o cumprimento de metas de ações finalísticas nevrálgicas, assim como focou em eficiência e segurança nas ações da área de suporte, a saber:

- a) Operacionalização e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da AC – Raiz da ICP – Brasil;
- b) Garantia de uso da melhor tecnologia para Certificação Digital ICP – Brasil;
- c) Auditoria e Fiscalização do Sistema de Certificação Digital ICP – Brasil;
- d) Normatização, Regulamentação e Pesquisa – ICP – Brasil;
- e) Prospecção e Evolução Tecnológica, implícitas na modernização da infraestrutura tecnológica da AC-Raiz e no aperfeiçoamento do Criptossistema em código aberto nacional, além da gestão do parque de comunicação e da política de segurança;
- f) Fomento à aplicação com uso da Certificação Digital ICP – Brasil;
- g) Sensibilização e Capacitação para uso da Certificação Digital – ICP – Brasil; e
- h) Reestruturação organizacional e orçamentária.

A dinâmica do ambiente em que se insere o ITI traduz-se em ameaças, que são as situações que podem colocá-lo em risco, e oportunidades, que podem ser aproveitadas para impulsionar o seu desenvolvimento.

São consideradas **ameaças** ao desenvolvimento das atividades do ITI:

- a) Estrutura operacional e orçamentária defasada, haja vista que o Instituto ainda opera com a mesma estrutura organizacional desde sua criação em 2002 e não dispõe de quadro de carreira e quadro de funcionários próprio, obrigando-o a valer-se de serviços terceirizados, que muitas vezes têm alcance limitado e forte impacto nas despesas discricionárias de seu orçamento;
- b) Permanente avanço tecnológico em segurança da informação, o que exige cada vez mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas a garantir interoperabilidade e a segurança em transações e documentos eletrônicos;
- c) Avanço do uso da Certificação Digital em processos críticos para a sociedade brasileira, o que impõem permanente monitoramento de ataques, fraudes, e outras tentativas de invasão de sistemas computacionais;
- d) Significativo crescimento da Infraestrutura de Autoridades Certificadoras e Prestadores de Serviços, o que exige cada vez mais recursos humanos, físicos e lógicos capazes de auditar e fiscalizar essa rede, como forma de garantir sua conformidade a padrões e procedimentos estabelecidos pela ICP – Brasil e
- e) Desconhecimento da sociedade quanto aos benefícios da ferramenta.

Por outro lado, o ambiente externo apresenta **oportunidades**, tais como:

- a) A Certificação Digital oferece ganhos em termos de economicidade, agilidade, segurança e validade jurídica em transações e documentos eletrônicos, cada vez mais visíveis, reconhecidas e valorizadas pela sociedade brasileira;
- b) Alta disponibilidade da ferramenta 24h/7dias/ano, a uma taxa de 99,99%, o que garante seu uso e forma ininterrupta, a qualquer tempo e independente de sua localização;
- c) Crescente oferta de novas aplicações que se utilizam da Certificação Digital como ferramenta de segurança e validade jurídica tanto no âmbito governamental como privado;

- d) Ampla gama de aplicações públicas e privadas com potencial para uso da ferramenta;
- e) Amplo desenvolvimento do *e-commerce* alicerçado no uso de Certificado Digital ICP – Brasil;
- f) Incentivo à desmaterialização de processos, por conta da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI/MPOG), que tem como objetivo a modernização e desburocratização da administração pública federal, a partir da implementação do Plano Nacional de Desmaterialização de Processos – PNProc;
- g) O uso da Certificação Digital tem se revelado uma alternativa para a redução do custo Brasil e efetiva contribuição para a sustentabilidade (“*Green Economy*”), ao viabilizar ações que reduzem o consumo de papel, tinta, madeira e água; e
- h) Desconhecimento da sociedade quanto aos benefícios da ferramenta.

Com relação ao ambiente interno, os ***pontos fracos*** que podem limitar a atuação e o desenvolvimento organizacional, tem a ver com as seguintes variáveis:

- a) Estrutura organizacional e orçamentária defasada, haja vista que o Instituto ainda opera com a mesma estrutura organizacional desde sua criação em 2002 e não dispõe de quadro de carreira e quadro de funcionários próprio, obrigando-o a valer-se de serviços terceirizados, que muitas vezes têm alcance limitado e forte impacto nas despesas discricionárias de seu orçamento. Áreas críticas, como a de controle da infraestrutura de comunicações, redes, sistemas e segurança da informação da área meio sofrem com ausência de profissionais próprios e suficientes para a sua gestão. Na área finalística, essa limitação vai ainda além, retardando avanços na área de pesquisa e desenvolvimento;
- b) Carência de profissionais especializados na área de pesquisa em C&T e Desenvolvimento Tecnológico, o que obriga o Instituto a valer-se de Acordos de Cooperação e Termos de Descentralização de Créditos para garantir a compatibilidade do sistema com os avanços de novas Tecnologias da Informação;
- c) Ausência de sede própria para integração do ambiente seguro. Atualmente o Órgão ocupa um prédio monouitário alugado, sendo obrigado a manter a sala cofre na dependências da Presidência da República, o que torna sua administração mais cara e complexa;
- d) Alta demanda de monitoramento do sistema com relação a tentativas de invasão e fraudes, permanente investimento em interoperabilidade e crescente demanda por homologação de artefatos; e
- e) Alta demanda para pesquisa e alinhamento de padrões e normas internacionais, com vista à interoperabilidade.

Em contrapartida, o ambiente interno apresenta os seguintes ***pontos fortes***:

- a) Benefícios da Certificação Digital ICP Brasil: segurança, economicidade, eficiência no uso de recursos, redução de custos, agilidade, integridade, autenticidade, privacidade e validade jurídica em transações e documentos eletrônicos;
- b) Participação acadêmica em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico;
- c) Comprometimento e dedicação do quadro de DAS;
- d) Fomento e apoio tecnológico para o desenvolvimento de novas aplicações;
- e) Investimento no desenvolvimento de tecnologia nacional na área de segurança da informação;
- f) Reconhecimento internacional, em especial na América Latina, como órgão de referência em Certificação Digital.

---

---

### 2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

---

---

A execução do Plano de Ações do ITI detalhado está disponível no site institucional: [www.iti.gov.br/institucional/politicas2](http://www.iti.gov.br/institucional/politicas2).

Foi possível executar aproximadamente 75% das ações planejadas para o exercício, sendo que a falta de crédito ou limite orçamentário foi o fator preponderante para o não cumprimento das seguintes ações:

- a) aquisição de software de virtualização para o ambiente seguro principal/contingência;
- b) aquisição de software de sistema operacional para o ambiente seguro principal/contingência;
- c) adequação tecnológica do subsistema de alimentação elétrica;
- d) adequação tecnológica do subsistema de climatização;
- e) adequação tecnológica do subsistema de detecção e combate a incêndio;
- f) adequação tecnológica do subsistema de supervisão e controle;
- g) adequação tecnológica do subsistema de controle de acesso e vigilância e
- h) adequação das instalações técnicas da DINFRA e instalação de solução de monitoramento remoto (NOC).

Tais ações constarão da lista de demandas de tecnologia a serem priorizadas pelo CETI para o exercício de 2013.

A reestruturação organizacional do Instituto encontra-se sob análise da Alta Administração quanto à definição das premissas que regerão o modelo a ser desenvolvido e submetido à aprovação das autoridades competentes.

---

---

## **2.4 Indicadores**

---

---

Encontra-se em fase de estudo a adoção de indicadores de desempenho de gestão. Por ora, os resultados são avaliados tomando-se por base a execução de cada uma das ações do Planejamento Estratégico, disponível no site: [www.iti.gov.br/institucional/politicas2](http://www.iti.gov.br/institucional/politicas2).

**3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.**

**3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

**3.1. Estrutura de Governança**

O ITI foi criado pela Medida Provisória 2.200-2, de 24/08/2001, e de acordo com estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão, aprovados pelo Decreto 4.500/2002, não foi contemplado com a unidade de auditoria interna. A forma de atuação dos controles internos está demonstrado no Quadro A.3.1, item 3.2.

**3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos**

A informação está estruturada, conforme Quadro A.3.1. abaixo, que dispõe diversas afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da Unidade.

**QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da Unidade percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela Unidade são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da Unidade é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da Unidade na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da Unidade.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela Unidade.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da Unidade, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da Unidade.				X	

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da Unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da Unidade, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela Unidade são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela Unidade possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela Unidade são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para Unidade é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela Unidade são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à Unidade é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da Unidade, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da Unidade, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da Unidade é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da Unidade tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da Unidade tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					



---

---

### **3.3. Remuneração Paga a Administradores**

---

---

O ITI não conta com quadro próprio de servidores. Suas funções de DAS são ocupadas por funcionários cedidos de outros órgão.

---

---

### 3.4. Sistema de Correição

---

---

Esta Unidade Jurisdicionada está vinculada, para fins de correição, à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República (CISSET/SG/PR), conforme determina o § 3º do art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de julho de 2005, a qual exerce as atribuições de unidade seccional de correição dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

A Presidência e a Vice-Presidência da República passaram a contar com estrutura correcional própria a partir da entrada em vigor do Decreto nº 7.688, de 2 de março de 2012, que em seu inciso XII do art. 21 do ANEXO I, estabeleceu que aquela Setorial de Controle Interno atuaria na prevenção e apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, das entidades a eles vinculadas, e da Vice-Presidência da República, por meio do acompanhamento, instauração e condução de procedimentos correccionais.

Após a criação da estrutura específica, a CISSET/SG/PR estabeleceu por meio da Portaria CISSET/SG/PR nº 13, de 21 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 24/12/2012, Seção 1, pág. 3/5, os procedimentos que seriam adotados para a condução dos trabalhos correccionais na PR e VPR, dos quais podemos destacar os seguintes: i) inspeções de correição; ii) acompanhamento na condução de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares; iii) auxílio ao Gestor na tomada de decisão de procedimentos disciplinares; iv) a realização de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em infrações disciplinares de menor gravidade; v) Processo Administrativo de Fornecedores, etc..

Importa salientar, contudo, que inobstante a criação do referido órgão de correição no âmbito da CISSET/SG/P, em nada se altera a competência originária desta unidade gestora quanto à instauração de procedimentos apuratórios, tendo em vista o que dispõe o artigo 143 da Lei 8.112/90 ou legislação equivalente.

---

---

### **3.5. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU**

---

---

Como informado no item 3.4 os Órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República não estão vinculados, para fins de correição, ao órgão Central de Correição do Poder Executivo Federal (CGU/PR). Contudo, a Ciset/SG/PR está trabalhando na edição de normativo que irá permitir que os órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República possam fazer uso do Sistema CGU-PAD.

**4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da Unidade**

O ITI não dispõe de Programa Temático no âmbito do PPA -2012-2015 sob sua responsabilidade. O Instituto responde por **Iniciativa** vinculada a **Objetivo** do **Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**, conforme consignado no Quadro A.4.3, razão pela qual deixamos de preencher os quadros A.4.2 – Informações sobre os Objetivos vinculados a Programas Temáticos.

**4.1.1 Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da Unidade**

O ITI não dispõe de Programa Temático no âmbito do PPA -2012-2015 sob sua responsabilidade.

**4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da Unidade**

O ITI não dispõe de Objetivos em Programa Temático no âmbito do PPA -2012-2015 sob sua responsabilidade.

**4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da Unidade**

**QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE**

Identificação da Iniciativa						
Código	02D2					
Descrição	<i>Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.</i>					
Objetivo	<i>0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.</i>					
Programa	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.638.540	5.306.353	4.633.551	2.302.207,43	0	0	2.302.207,43
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
<b>01</b>	Massificação do uso de Certificados Digitais da ICP- Brasil	qualidade	x	x	5.638.540	4.633.551

**Análise Crítica**

A Certificação Digital permite que aplicações, como comércio eletrônico, assinatura de contratos, operações bancárias, iniciativas do governo eletrônico, entre outras sejam realizadas de forma virtual, via Internet, ao garantir identificação inequívoca do cidadão, segurança e validade jurídica aos atos praticados com seu uso.

O ano de 2012 foi marcado pelo grande desafio de disponibilizar ao cidadão não apenas o documento eletrônico, mas verdadeiros balcões online repletos de serviços que facilitem sua vida e a desburocratizem, a partir do uso do Certificado Digital ICP – Brasil.

A **Iniciativa para *Massificação do uso do Certificado Digital ICP – Brasil*** foi desenvolvida em 2012 no âmbito de quatro eixos principais:

- 1 - Sensibilização e Capacitação em Certificação Digital ICP - Brasil;
- 2 - Fomento a Aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP - Brasil;
- 3 - Operação do Sistema Nacional de Certificação Digital ICP - Brasil e
- 4 - Evolução Tecnológica da Certificação Digital ICP - Brasil.

**1 – Sensibilização e Capacitação : Proporcionar que a sociedade brasileira em geral saiba o que é a certificação digital, para que serve, onde e como usá-la, os benefícios e responsabilidades advindas de seu uso e proporcionar o desenvolvimento de profissionais qualificados para desenvolver e operar os sistemas responsáveis pelo ciclo de vida dos certificados digitais ICP – Brasil.**

No intuito de divulgar e popularizar os benefícios da Certificação Digital em 2012, o ITI organizou o 10º CertForum - Fórum de Certificação Digital, que teve como objetivo disseminar e debater o futuro da certificação digital no país. O evento foi realizado em etapas regionais nas cidades de: São Paulo – 11/04/2012; Recife – 24 /05/2012; Goiânia – 14/06/2012; Rio de Janeiro – 29/08/2012; Brasília – 20/09/2012 e Florianópolis – 17 e 18/10/2012.

O evento foi prestigiado por cerca de 2.500 inscritos entre empresários, especialistas, acadêmicos, estudantes, funcionários públicos e fornecedores de soluções. Em todas as etapas houve a participação de autoridades dos governos Federal e Estadual, especialistas do setor de tecnologia de identificação digital e palestrantes internacionais.

O evento contou com a participação de 35 entidades, em sua maioria de natureza pública, que apresentaram e debateram sobre suas experiências com a certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Com o objetivo de trabalhar as temáticas de forma mais aprofundada para públicos específicos, a ASCOM organizou o principal evento sobre certificação digital do País. O 10º CertForum, evento realizado pelo ITI, nesta edição teve como objetivo consolidar a certificação digital como importante mecanismo de segurança nas transações eletrônicas, além de disseminar e debater o futuro das principais aplicações e serviços que utilizam a tecnologia. A programação temática trouxe as principais inovações do setor em painéis de debates com especialistas e apresentação de casos de sucesso e exposição de soluções. Nesse contexto, o evento criou um amplo espaço para debates e demonstrações de tecnologias. Cabe ressaltar que o evento foi realizado pelo ITI e organizado pela Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital (Abrid). A atuação conjunta das entidades, bem como as atribuições de cada uma foram estabelecidas em acordo de cooperação técnica.

A Assessoria de Comunicação do ITI -ASCOM também planejou, organizou e executou diversas ações de comunicação com objetivo de disponibilizar ao cidadão e aos vários segmentos da sociedade, informações sobre o uso da certificação digital ICP-Brasil, os serviços que facilitam e desburocratizam suas rotinas, além de publicizar os normativos que regem o Sistema Nacional de Certificação Digital ICP – Brasil.

Em 2012, o trabalho desenvolvido por esta Assessoria teve como foco municiar a imprensa com informações relevantes no sentido de utilizar a mídia espontânea como forma de esclarecer sobre a importância da certificação digital da ICP-Brasil e os avanços que o uso dessa tecnologia representa para as

iniciativas desenvolvidas pelos setores público e privado, uma vez que o período foi marcado por exigências tecnológicas das mais variadas naturezas.

Neste contexto, destacaram-se a exigência de dispositivos exclusivamente homologados pela ICP-Brasil, as emissões de certificados atrelados à cadeia hierárquica na versão V2, a aprovação do Certificado de Atributos, a alteração do prazo de validade dos certificado digital A3, que passou para até cinco anos e o A4, para apoiar o Passaporte Eletrônico Brasileiro, passou a valer por até 6 anos, a migração para o modelo de homologações do Inmetro e o projeto da Autoridade de Registro Biométrica - AR Biométrica.

Os debates no Comitê Gestor da ICP-Brasil, que estabelecem melhores práticas de emissão do certificado digital, bem como as audiências públicas números 1 e 2 realizadas pelo ITI em 2012, foram acompanhados, transmitidos e divulgados pela ASCOM. As transmissões em tempo real pela internet trouxeram tons mais democráticos e significaram maior transparência das proposições apresentadas e defendidas. Além disso, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, em 2012, tornou-se signatário do “Pacto Mundial de Economia Digital pela Sustentabilidade”, acordo assinado durante a realização da Conferência Internacional Rio+20, e tem como missão colaborar na definição das métricas que serão usadas para dimensionar o efeito de práticas como a digitalização de documentos no uso sustentável dos recursos naturais e na eficiência energética.

A ASCOM também é área responsável pela interlocução entre a Instituição e o cidadão, ou seja, pelo atendimento de demandas de imprensa e solicitações internas (membros do ITI). Com a publicização desses assuntos, a ASCOM produziu e enviou o Boletim Digital, publicação eletrônica semanal que reúne conteúdo jornalístico elaborado pela equipe de comunicação, totalizando 43 informativos no ano de 2012. O newsletter é enviado para 8.508 (oito mil quinhentos e oito) endereços válidos de e-mail.

Com foco na governança participativa combinada à facilidade de uso das plataformas de mídias sociais que promovem o relacionamento entre a sociedade e governo, a ASCOM incluiu o ITI nas redes sociais, e em 2012 utilizou-se do Twitter para divulgar links encurtados que redirecionavam para o sítio do Instituto. Houve um crescimento de 46,12% no número de seguidores, passando de 352 para 483. Em fevereiro de 2012, criou sua página no Facebook – facebook.com/iti.icpbrasil que conta atualmente com 513 opções 'curtir'. Ao todo, nossos conteúdos foram visualizados 266.766 usuários da rede. Outra mídia utilizada pelo Instituto foi o canal de vídeos Youtube, onde a ASCOM disponibilizou 30 novos vídeos que tratam das reuniões do Comitê Gestor da ICP-Brasil, audiências públicas e etapas do 10º CertForum.

A ASCOM encarregou-se de colaborar na implementação da nova página oficial do ITI na internet – www.iti.gov.br, detalhando as necessidades comunicacionais como navegação intuitiva, integração com as redes sociais, maleabilidade na edição dos conteúdos e melhor indexação nos mecanismos de busca da Internet, obedecendo assim as políticas de navegabilidade e acessibilidade estipuladas pelo Governo Federal.

No tocante à produção jornalística interna, a ASCOM publicou 231 matérias em seu sítio, além de produzir o sítio do Fórum de Certificação Digital (CertForum) - <http://certforum.iti.gov.br>, e o manteve atualizado durante a execução das etapas regionais. Outra fonte de destaque de notícias foram os acordos de cooperação técnica que o ITI firmou com diversos países com o objetivo de apoiar a criação do marco legal para a implantação da Infraestrutura de Chaves Públicas e a certificação digital. A ICP-Brasil tem sido referência e tem ajudado a criar uma base sólida de conhecimento teórico e prático para a formulação e aplicação de leis de comunicação e assinatura eletrônica.

Outro ponto revelante na divulgação da ASCOM foram os eventos sobre identificação voltada à cidadania digital, dentre eles: “Workshop Regional do Registro de Identidade Civil (RIC), “17ª CARDS - Exposição e Conferência Internacional de Cartões, Serviços e Tecnologia (CARDS)” e “ICMedia - Conferência Internacional de Ciências Forenses em Multimídia e Segurança Eletrônica”.

Encerrando o ano, a ASCOM conduziu a execução dos trabalhos para a produção do novo vídeo institucional do ITI que será lançado em fevereiro de 2013 e traz em seu conteúdo material informativo atualizado sobre os avanços da certificação digital no País.

O ITI publicou o Manual de Perguntas e Respostas Jurídicas sobre a ICP - Brasil, elaborado a partir dos questionamentos mais recorrentes direcionados à Procuradoria Federal Especializada. Registre-se ainda a publicação na Internet do artigo intitulado “A eficácia da assinatura digital perante o Tribunal Cidadão: apontamentos necessários”, que teve boa repercussão entre juristas brasileiros.

O Instituto também esteve presente nos principais eventos voltados à segurança da informação, desmaterialização de processos, defesa cibernética e iniciativas afins:

- **I Seminário de Ciência, Tecnologia e Inovação em Segurança Pública**, promovido pela Diretoria de Ensino da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, realizado nos dias 27, 28 e 29/06/2012, em Florianópolis/SC. O Evento contou com a presença de representantes do setor público e privado do Brasil, Colômbia e Portugal, e foi palco de uma enriquecedora troca de conhecimentos sobre tecnologia e segurança, além de vários *stands* demonstrando hardware e software sobre os temas pertinentes.

- **Aula ministrada na disciplina do curso de Pós-Graduação em Engenharia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (EGC/UFSC)**, realizada no dia 16/10/2012, UFSC, confirmando a parceria entre o ITI e a UFSC, com o objetivo de repassar aos alunos de mestrado e doutorado conceitos e aplicações da certificação digital e da ICP – Brasil, visando fomentar pesquisas acadêmicas na área.

- **Seminário Internacional CELESC/UFSC Inovação em Eficiência Energética**, realizado em Florianópolis/SC, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2012, com a finalidade de ampliar os conhecimentos sobre a inovação e seus aspectos regulatórios, pesquisa, tecnologia, transferência tecnológica e propriedade intelectual. A participação representou uma oportunidade de identificação de novos cenários para a inserção da certificação digital, além de proporcionar o contato com pesquisadores e especialistas da área.

- **Workshop Technology Transfer and Innovation: Open Innovation, R&D, Intellectual Property and Technology Transfer: Universities, Industries and Government**, realizado no dia 05/12/2012, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, Florianópolis/SC. Destacou-se o debate sobre os estudos de caso e experiências de instituições públicas e privadas, apresentadas por professores e pesquisadores da Universidade de Maastricht, Universidade de Beihang, Escola de Magistratura do Governo de Santa Catarina, UFSC, Fundação Getúlio Vargas e da Academia do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, com amplo compartilhamento de conhecimentos tecnológicos e práticas de sigilo das informações.

- **Grupo de Trabalho Interministerial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República** para “Elaboração de Requisitos e Adequações para Profissionais da Área de Segurança da Informação e Comunicações (SIC)”, a participação na proposta de diretrizes para a qualificação dos profissionais de SIC resultou na inclusão da área “certificação digital” como requisito para a formação do profissional de SIC, o trabalho foi encaminhado como proposta da Norma Complementar ao DSIC/GSI/PR.

- **Grupo de Trabalho Interministerial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República** para “Credenciamento de Cursos relativos à Segurança da Informação e Comunicações (SIC)”, a participação resultou na inclusão do tema de conhecimento “certificação digital”, que foi encaminhado como proposta de Norma Complementar ao DSI/GSI/PR.

## **2 – Fomento a aplicações: Estimular o desenvolvimento e a implantação de aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP – Brasil nos setores público e privado brasileiros.**

A dimensão da importância da Certificação Digital no Brasil pode ser avaliada a partir de seu impacto no PIB Nacional. A atual estrutura da ICP - Brasil é utilizada cada vez mais em sistemas e aplicações de grande relevância para o desenvolvimento nacional, sendo aplicada nas áreas de Infra-Estrutura, Desenvolvimento Social, Econômica e Produtiva e Estratégia e Defesa, a saber:

**Área de Infraestrutura:** Mineral – PETROBRAS; Comunicações – CORREIOS; Aeroportuário, INFRAERO e Energia – ELETROBRAS, Companhia Paulista de Força e Luz e negociação de energia.

**Área de Desenvolvimento Social:** Saúde – Conselho Federal de Medicina, Conselho Federal de Odontologia, ANVISA, ANS; Educação – MEC/PROUNI, FNDE; Desenvolvimento Social e Combate à

Fome, FOME ZERO/FINEP, Trabalho e Emprego – Conectividade Social – FGTS/CEF; Previdência Social – INSS; Cultura Esporte e Turismo – Lei da COPA, Fundiário – ITR/INCRA, Meio Ambiente – Licenças Ambientais (CETESB).

**Área Econômica e Produtiva:** Desenvolvimento, Indústria e Comércio – DNRC E INPI, SISCOMEX; Econômico Financeiro – SPB/BACEN, Contrato de Câmbio/BACEN, COMPENSAÇÃO ELETRÔNICA/BACEN-FEBRABAN, Tributação – NF-e- Nota Fiscal Eletrônica, SPED, e-CAC, e-CPF, e-CNPJ, DIRF, DCTF/SRF, SUSEP/FENACOR e Conselho Federal de Contabilidade - CFC; COMPRASNET/MPOG.

**Área Estratégica e Defesa:** Judiciário – Processo Eletrônico, Peticionamento Eletrônico, Urna Eletrônica (assinatura do software embarcado pelos partidos políticos), BACEN/JUDI, INFOJUS, Conselho Federal da Ordem dos Advogados/OAB; Relações Exteriores – Passaporte Eletrônico (ICAO/PF), Autoridades de Registro em representações Diplomáticas do Brasil no Exterior; Atividades Notariais e de Registro – ANORGE, IRIB e aplicações estaduais – ABEP, PRODERJ, PODREST/ES, ATI/PE, PROCERGS, IMESP/SP; e, Defesa – instalação da futura Autoridade Certificadora do Ministério da Defesa.

Sem a Certificação Digital, sistemas críticos da economia nacional podem ser paralisados, como é o caso do SPB - Sistemas de Pagamentos Brasileiro Nacional, do Sistema Nota Fiscal Eletrônica, aplicação que inibe a evasão fiscal, com ganhos em termos de redução de custo (papel, tinta, armazenagem,etc), padronização, facilidade no tratamento de dados eletrônicos, agilidade e segurança. **Dados disponíveis no Portal da Nota Fiscal Eletrônica indicam que até 18.03.2013 foram autorizadas R\$ 6,463 bilhões de NF-e, emitidas por 916,302 mil contribuintes.** Todas as emissões de Notas Fiscais eletrônicas se valem de Certificados Digitais da ICP – Brasil.

Também é fato que o uso do certificado digital assumiu expressiva importância para determinadas categorias profissionais, como contadores, médicos e advogados. Os contadores somente poderão acessar determinados sistemas da Receita Federal mediante o uso de certificados digitais. O mesmo ocorre com médicos para acesso a Prontuários Eletrônicos. No caso de advogados, o crescimento é ainda mais notório, tendo em vista a adoção em praticamente todo o Judiciário de processos eletrônicos que permitem que o trâmite jurídico seja feito integralmente por meio virtual.

Os números demonstram ainda que houve expansão em outras áreas que justificam o aumento nas emissões. Iniciativas como as ações internas dos governos municipais, estaduais e a União, cujo objetivo é dar transparência e combater possíveis fraudes é um aspecto que merece destaque.

Os destaques em 2012 ficaram por conta da aplicações relativas ao Conectividade Social, à Lei de Arquivamento Eletrônico e à compensação de cheques por imagem da Febraban, que fortaleceram a ICP – Brasil e multiplicaram o número de transações eletrônicas realizadas com certificados digitais.

Espera-se ainda grande avanço da Massificação da Certificação Digital a partir da implementação do Plano Nacional de Desmaterialização de Processos – PNDProc, para o qual foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre o ITI e Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI/MPOG), que tem como objetivo a modernização, a desburocratização da administração pública federal e o desenvolvimento sustentável, a partir da implementação do Plano Nacional de Desmaterialização de Processos – PNDProc.

A desmaterialização de processos com o uso de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) e a segurança oferecida com o uso do Certificado Digital da ICP – Brasil vem se revelando como uma solução viável e adequada, alinhada ao desenvolvimento sustentável, ao buscar alternativas que aliam progresso econômico, respeito ao meio ambiente e bem estar social.

Nessa linha, o ITI tornou-se ainda signatário do pacto mundial de economia digital pela sustentabilidade, acordo assinado durante a realização da Rio+20.



Outros projetos de relevância nacional continuam em evolução:

- a) **RIC – Registro de Identidade Civil** – o Ministério da Justiça resolveu reorganizar o projeto do RIC. O ITI participou dessa reorganização durante os meses de fevereiro até julho/2012, quando o trabalho foi entregue ao Ministério da Justiça. Algumas reuniões foram feitas para tentar alavancar o processo, inclusive algumas consultas públicas.
- b) **Passaporte** – A ICAO, organização que faz as especificações do passaporte eletrônico no mundo, solicitou a participação do Brasil no PKD (Diretório de Chaves Públicas). Incompatibilidades com o modelo da ICP – Brasil foram verificadas para tal participação: validade do certificado e cadeia hierárquica. O primeiro ponto sobre a validade foi resolvido e o Comitê Gestor da ICP – Brasil votou pela ampliação do Certificado A4 de 3 para 6 anos, adequando-se à especificação da ICAO. O segundo ponto está dependendo de posicionamento da Casa da Moeda sobre a mudança da cadeia hierárquica para avaliação.
- c) **Nova CNH e CRLV**: O DENATRAN convidou o ITI para fazer parte de um grupo de trabalho que especificaria a Nova CNH – Carteira Nacional de Habilitação e CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos. Os trabalhos iniciaram em setembro e terminaram em novembro com um relatório do GT sobre as novas especificações.
- d) **Carteira de Estudante** – A Lei Geral da COPA tornou obrigatória a apresentação da carteira estudantil com certificado digital para pleitar ingressos para a Copa das Confederações e Copa do Mundo. O ITI tem recebido e orientado as entidades estudantis quanto ao modelo e características que a nova carteira estudantil tem que apresentar.
- e) **AR Biométrica**: Em face da participação do ITI no Projeto RIC e das recorrentes fraudes detectadas na rede da ICP – Brasil, decidiu-se construir um projeto para dar mais segurança ao procedimento de identificação dos solicitantes do certificado digital. O projeto verifica se o RG do cidadão é válido e se a impressão digital, se for o caso, pertence realmente àquele RG. O projeto foi iniciado em abril e o piloto em junho/2012 com uma Autoridade de Registro da ICP – Brasil e o Instituto de Identificação – II do DF. Os resultados foram excelentes, tanto em segurança da identificação quanto em velocidade de resposta entre a AR e II. O projeto foi expandido para a Bahia e Rio de Janeiro. Solucionada a parte técnica, iniciou-se a discussão para normatização do processo e ampliação das parcerias.

Expectativa para 2013 é que aplicações com certificados digitais comecem a surgir para a telefonia móvel e para tablets, garantindo à esses equipamentos eletrônicos toda a segurança da ICP – Brasil.

Novas aplicações e esforços para ampliar a interoperabilidade se encontram em pleno desenvolvimento, inclusive no âmbito internacional, tais como a implantação de modelos de Infraestrutura de Chaves Públicas similares ao brasileiro em outros países do Mercosul, sendo que Cabo Verde, Cuba e Equador já firmaram acordo para uso da tecnologia brasileira.

**3 – Operação: Garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, ampliar a ICP – Brasil de modo a propiciar maior capilaridade pelo País, o que é necessário para prover acesso aos Certificados Digitais ICP – Brasil por todo e qualquer cidadão brasileiro.**

Durante o exercício de 2012, o ITI cumpriu fielmente seu objetivo de garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, assentada em sua disponibilidade de 99,99%, e investiu no desenvolvimento e implantação de novas tecnologias com vistas a garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos realizados com o uso do Certificado Digital ICP – Brasil.

Em 2012, a ICP – Brasil credenciou duas novas Autoridades Certificadoras de 1º nível: AC Valid Certificadora Digital e AC Soluti Certificação Digital, totalizando 11 entidades de 1º nível.

A Infraestrutura de Chaves Públicas apresentou crescimento significativo em 2012:

ENTIDADES CREDENCIADAS	Total Até 2009	Total 2012	Total 2011	Total 2012	CRESCIMENTO %
Autoridades Certificadoras - AC	36	39	42	46	9,00
Autoridades de Registro-AR	208	319	178	238	33,00
Instalações Técnicas Físicas - ITF	534	861	1109	1354	23,00
Audidores Independentes	11	11	13	14	7,00
Qtd. Municípios com IT		100	338	437	30,00
Certificados Emitidos	955.000	1.300.000	2.025.000	2.100.000	4,00

Situação em 31.12.2012

A capilaridade da ICP – Brasil, ou seja, a presença de pontos de atendimento espalhados pelo território nacional, também avançou. Os números demonstram que as principais áreas geradoras de riqueza e com infraestrutura de comunicação adequada já possuem pelo menos um ponto para aquisição de certificados digitais da ICP – Brasil.

#### Instalações Técnicas Físicas, Postos Provisórios e Pontos de Atendimento

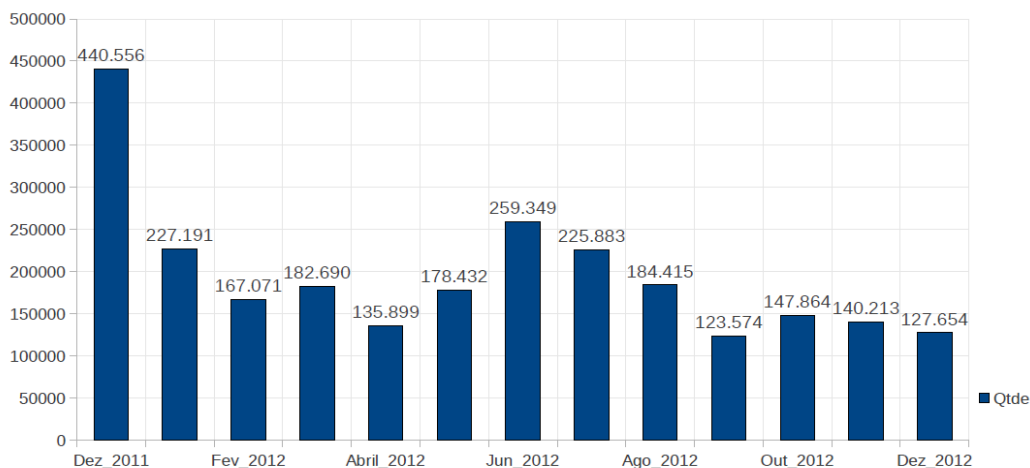
Região	Qtd. IT	Qtd. PP	Qtd. PA
CENTRO-OESTE	128	12	444
NORDESTE	190	39	832
NORTE	91	28	380
SUDESTE	679	84	1765
SUL	266	197	1.321
<b>TOTAL</b>	<b>1354</b>	<b>197</b>	<b>4.742</b>

Situação em 31.12.2012

A **Massificação do uso da Certificação Digital ICP – Brasil** vem registrando crescimento vertiginoso nos últimos anos, tanto em número de certificados emitidos como em aplicações que exigem o uso de certificado digital.

### Evolução da ICP-Brasil

Qtde de Certificados Emitidos



Em 2012, a ICP – Brasil credenciou duas novas Autoridades Certificadoras de 1º nível: AC Valid Certificadora Digital e AC Soluti Certificação Digital, totalizando 11 entidades de 1º nível.

**4 – Evolução: garantir que a Certificação Digital ICP – Brasil acompanhe a evolução tecnológica de modo a assegurar aos seus usuários o *estado-da-arte* em segurança da informação e, com isto, assegurar permanentemente segurança jurídica às transações e documentos eletrônicos.**

O ano de 2012 foi determinante para a atualização tecnológica da Infraestrutura de Chaves Públicas. Resultado de um esforço orçamentário ímpar, o ITI conseguiu executar a primeira etapa de investimentos na modernização da ICP - Brasil, superando a cifra de R\$ 2.700 mil, cinco vezes o valor investido em 2011.

Em 2012, foi disponibilizada uma nova cadeia hierárquica V2, obrigando fabricantes de produtos destinados a operar a cadeia de certificados digitais ICP - Brasil - cartões, leitoras, tokens e HSM - a adotar padrões mais robustos de segurança.

Os debates no Comitê Gestor da ICP- Brasil avançaram ao estabelecer melhores práticas para emissão do certificado digital, possibilitando a ampliação de sua validade para até cinco anos e aderindo a padrões robustos de ensaios e auditorias do INMETRO. Destaca-se ainda a revisão dos padrões de assinatura, os projetos de inclusão da biometria e do certificado de atributos.

A expectativa para 2013 é que aplicações com certificados digitais comecem a surgir para a telefonia móvel e tablets, garantindo a esses equipamentos eletrônicos a segurança da ICP – Brasil.

Por fim, o crescimento em todos os sentidos comprova que a Infraestrutura de Chaves Públicas do Brasil – ICP – Brasil assume cada vez mais papel preponderante no desenvolvimento nacional e o ITI é o responsável por assegurar seu pleno funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana e 99,99% de disponibilidade, garantindo o uso da melhor tecnologia em segurança da informação.

Registre-se, entretanto, que o ITI opera com a mesma estrutura desde sua criação, limitada a apenas 41 DAS, e sem dispor de quadro próprio de servidores, é obrigado a valer-se de mão obra terceirizada para serviços de suporte a usuários e infraestrutura de TI e apoio administrativo. Não dispõe de prédio próprio, ficando sujeita a variações de mercado relativas a custo de aluguel. A terceirização aliada à falta de prédio próprio acarretam grande impacto orçamentário, limitando avanços em investimentos imprescindíveis na área tecnológica.

#### 4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da Unidade

##### QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.128.2038.4858					
Finalidade	Capacitar empresas, servidores públicos, cidadãos brasileiros e pessoal envolvido com os Prestadores de Serviço de Certificação, com foco no uso, suporte técnico para o uso e emissão de certificados digitais da ICP – Brasil.					
Iniciativa	<i>02D2 - Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.</i>					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
50.000	50.000	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Treinamento de empresas, servidores públicos, cidadãos brasileiros e pessoal envolvido com os Prestadores de Serviço de Certificação nas práticas, normas e padrões da ICP – Brasil.	Pessoa Capacitada	25	20	50.000	
<b>Análise Crítica</b>						
<p>Esta ação visa capacitar empresas, servidores públicos, cidadãos brasileiros e pessoas relacionadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, com foco no uso, suporte técnico para uso e emissão de certificados digitais ICP – Brasil.</p> <p>Trata-se de uma ação dentro do programa de governo com o intuito de ampliar a oferta de serviços públicos através da massificação e aperfeiçoamento a Certificação Digital ICP - Brasil.</p>						
<b>DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS</b>						
<p>As metas definidas eram de capacitar 25 pessoas com uma dotação orçamentária de R\$ 50.000,00. Havia uma intenção de promover cursos de capacitação para agentes de registro sob plataforma de ensino à distância, em razão do aumento de casos de fraudes na etapa de identificação do solicitante, executada pelos agentes de registro, durante o processo de emissão de certificados digitais.</p> <p>Dada a urgência pelo aumento das fraudes, o Comitê Gestor da ICP - Brasil decidiu implementar ações mais efetivas e imediatas através de mudanças nas normas, tornando a urgência da capacitação do agentes de registro menos prioritária. Além disso, a entrada da certificação de produtos em programas geridos pelo INMETRO abriu uma oportunidade de criação de certificação de pessoas, no caso agentes de registros, possibilitando disponibilização de material para capacitação e a necessidade de qualificação de agentes de registro através de programa de certificação.</p>						

Desta forma, buscou-se atender o objetivo da ação por meio de encontros, reuniões e palestras focadas nas necessidades pontuais de cada entidade.

Ainda que não seja uma forma tradicional de capacitação do tipo instrutor x treinando, entende-se que seja uma forma mais efetiva de aquisição de conhecimento, pois, obtêm-se de forma vivencial o conhecimento desejado para ser aplicado na prática, dentro do seu âmbito de atuação e necessidade.

Além disso, consultas que chegam pelos canais de atendimento também tem cumprido seu papel como agente de multiplicação de conhecimento em Certificação Digital. Foram atendidos, em média, aproximadamente 15 (quinze) consultas mensais, sendo 7 (sete) via correio eletrônico e 8 (oito) via telefone, projetando aproximadamente 180 (cento e oitenta) atendimentos no ano de 2012.

---

## RESULTADOS ALCANÇADOS

---

### Resultados quantitativos e qualitativos alcançados

A realização de capacitação e estímulo ao uso de certificação digital, conforme descritos nos eixos I e II da estratégia de implementação do PPA vem sendo implementada através de reuniões com representantes de órgãos públicos e privados, proporcionando conhecimento técnico em certificação digital para servidores públicos e cidadãos comuns.

O quadro abaixo detalha os eventos pontuais, identificando o órgão e a quantidade de pessoas participantes:

Órgão	Data do Evento	Qtd. Pessoas
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES	03/05/2012	3
Câmara dos Deputados - Cenin	24/02/2012	3
Câmara dos Deputados - Cenin	20/08/2012	3
Empresa Brasil de Comunicação-EBC	25/06/2012	2
Federação Brasileira de Bancos-FEBRABAN	02/03/2012	15
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia-INMETRO	17/04/2012	4
Ministério da Defesa	03/07/2012	8
Senado Federal – Prodasen	27/03/2012	3
Superior Tribunal Militar - STM	08/11/2012	2
Supremo Tribunal Federal-STF	09/04/2012	3
<b>TOTAL</b>		<b>46</b>

A **DAFN** atuou ainda na elaboração e implementação de capacitação em avaliação, implementação e gerenciamento de certificados digitais em soluções de Infraestrutura de Chaves Públicas, dentro do programa de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, no caso Brasil - Cabo Verde, coordenado pela ABC-Agência Brasileira de Cooperação - MRE, com recursos financeiros das Nações Unidas (PNUD). Esta atividade proporcionou a capacitação de 17 (dezesete) pessoas envolvidas em atividades de certificação digital daquele país.

Adicionalmente, a **DAFN** retomou a realização das “Sextas Técnicas”, que consiste em eventos realizados em todas as últimas sextas-feiras de cada mês. Este evento tem como objetivo disseminar os conceitos relacionados à certificação digital da ICP - Brasil. Em 2012, foram realizados 3 (três) encontros, com média de participante de aproximadamente 15 (quinze) pessoas. Os temas tratados foram: Governança em TI, Auditoria Baseada em Risco e Estrutura Normativa da ICP -Brasil.

O quadro abaixo resume os quantitativos alcançados:

<b>TIPO DE ATIVIDADE (A)</b>	<b>PREVISTO (B)</b>	<b>REALIZADO (C)</b>	<b>ATIGINDO (C/B)</b>
Encontros, reuniões, cursos e palestras	25	46	184%
Cooperação Técnica entre países em Desenvolvimento – Brasil-Cabo Verde	-	17*	-
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>63</b>	<b>252%</b>

As implementações de atividades desta ação produzem resultados que podem ser imediatos ou de médio a longo prazo. Um dos resultados imediatos foi a implementação de Assinaturas Digitais baseada em Política de Assinatura padrão ICP - Brasil no Sistema de Compensação de Cheques por imagem, conduzido pela FEBRABAN. Esta implementação passou a ser um dos maiores casos de uso de certificação digital.

Importante destacar que a mudança na implementação de atividades para cumprimento dos objetivos desta Ação promoveu superação da meta, conforme demonstra o quadro acima, e permitiu a dispensa do uso de recursos orçamentários em razão do aproveitamento da infraestrutura existente.

Além disso, a capacitação dentro do acordo de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, citada acima, também não exigiu recursos orçamentários alocada para esta Ação em razão do uso de recursos do Programa das Nações Unidas (PNUD).

Por estas razões, os recursos orçamentários alocados foram preservados, possibilitando realocação em outros investimentos julgados prioritários.

---

\*

#### 4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da Unidade

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.125.2038.4912					
Finalidade	Verificar, por meio de auditorias e fiscalizações operacionais e de credenciamento, a conformidade dos processos, procedimentos operacionais e atividades dos Prestadores de Serviço de Certificação com as suas respectivas Declarações de Práticas de Certificação, suas Políticas de Certificação, a Política de Segurança e demais documentos, resoluções e normas gerais estabelecidos para as entidades em credenciamento ou integrantes da ICP – Brasil.					
Iniciativa	<i>02D2 - Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.</i>					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.000	360.000	318.153	160.107	0	158.046	160.107
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Abertura de Processos de Auditoria e/ou fiscalização para verificação da conformidade das entidades credenciadas e em credenciamento na ICP – Brasil, e elaboração e encaminhamento dos relatórios com as irregularidades detectadas.	Auditoria e Fiscalização realizada	100	156	360.000	318.153
Análise Crítica						
<p>Através de ações de Auditoria e Fiscalização nos <b>Prestadores de Serviço de Certificação - PSC's</b>, é feita a verificação do cumprimento das políticas, diretrizes e normas definidas pelo <b>Comitê Gestor da ICP Brasil (CG/ICP-Brasil)</b>. Essas ações são divididas em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Auditorias Pré-Operacionais e Operacionais,</li> <li>● Fiscalizações e Análise, Avaliação de aprovação de relatórios de auditorias realizadas por terceiros, que juntas proporcionam a elevação dos níveis de qualidade e dos níveis de segurança nas operações eletrônicas e processos manuais, através da verificação dos procedimentos operacionais e tecnológicos adotados pelos <b>PSC's</b>.</li> <li>●</li> </ul>						
DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS						
Para o exercício de 2012 foram estabelecidas as metas abaixo com o objetivo de garantir as						

competências e atribuições institucionais da DAFN e transmitir confiança à comunidade de usuários dos serviços de Certificação Digital no Brasil, por meio de auditorias e fiscalizações nos PSC's.

<b>ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO</b>	<b>UNIDADES CONTROLADAS</b>
Auditoria Operacional em AC's	5
Fiscalizações em AC's e AR's	20
Auditoria Pré-Operacional de AC's	3
Auditoria Pré-Operacional de AR's	50
Credenciamentos de Empresas de Auditorias e Entidades de auditoria Interna	1
Outros Credenciamentos – Instalação Técnicas	21
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

As Auditorias Operacionais anuais em AC's de 1º nível são agendadas anualmente e revisadas trimestralmente e as Fiscalizações realizadas a qualquer tempo mediante um planejamento trimestral, já as Auditorias Pré-Operacionais em AC's e AR's são realizadas sob demanda, conforme solicitação de credenciamento desses PSC's na **ICP-Brasil**.

Quanto ao credenciamento de instalações técnicas são realizadas sob demandas e são registrados apenas as quantidades de despachos realizados que na sua maioria contemplam diversas instalações técnicas (localizações físicas onde as AR exercem suas atividades).

## **RESULTADOS DAS FISCALIZAÇÕES E AUDITORIAS DOS PSC's**

### **Resultados Quantitativos e Qualitativos alcançados**

<b>TIPO DE ATIVIDADE(A)</b>	<b>PREVISTO(B)</b>	<b>REALIZADO(C)</b>	<b>(C/B)</b>
Auditoria Operacional em AC's	5	5	100%
Fiscalizações em AC's e AR's	20	12	60%
Auditoria Pré-Operacional de AC's	3	5	166%
Auditoria Pré-Operacional de AR's	50	101	202%
Credenciamentos de Empresas de Auditorias e Entidades de auditoria Interna	1	1	100%
Outros Credenciamentos – Instalação Técnicas	21	32	152%
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>156</b>	<b>156%</b>

As metas físicas para 2012 se mantiveram em 100 auditorias e fiscalizações, bem como foi mantida a mesma quantidade de recursos humanos, entretanto, o recurso financeiro teve acréscimo de 60% em relação ao ano anterior atingindo R\$ 320.000,00.

Durante o exercício de 2012 os recursos destinados à realização de auditorias e fiscalizações foram suficientes para atendimento das metas estabelecidas e até ultrapassá-las, entretanto, as atividades necessárias às demandas da ICP Brasil, necessitam ser acrescidas em 25% ao ano por até 5 anos, elevando a quantidade de auditorias e fiscalizações e de recursos financeiros na mesma proporção.

A meta física estabelecida para o ITI foi superada em 56% o que é extremamente positivo entretanto, a ICP Brasil cresce 25% ao ano em relação as entidades credenciadas em 2011 , portanto as quantidades de auditorias e fiscalizações também necessitam ser ampliadas nos mesmos patamares (20%) das entidades credenciadas, obviamente acompanhadas de recursos humanos e financeiros, entretanto,



entendemos que foram mantidos os elevados níveis de eficiência e confiança da sociedade no uso da certificação digital no padrão ICP Brasil.

---

---

#### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

---

---

Foi concluído o desenvolvimento do sistema de gestão de auditoria, sendo iniciado teste para a entrada em operação no primeiro semestre de 2012. A automatização do processo de auditoria certamente possibilitará ao ITI maior agilidade na gestão das auditorias realizadas por empresas de auditoria independente e por consequência melhorias nos controles de segurança das AC e AR da ICP Brasil.

Em 2012 também foi adquirido 2 servidores para equipar o laboratório de auditoria com o objetivo de melhorar os procedimentos de auditorias e fiscalizações especialmente quanto ao tratamento de grande volume de dados e cruzamentos de informações possibilitando cada vez mais fiscalizações específicas com o objetivo de detectar disfunções do sistema ICP-BRASIL.

#### **Ocorrência de Fraudes**

Em 2012 foram significativas as ocorrências de fraude na ICP Brasil com uso de documentos de identidade falsos. Foi aprovado pelo Comitê Gestor da ICP Brasil por sugestão da DAFN novos procedimentos de detecção de fraudes de documentos de indivíduos e empresas que se apresentarem para emissão de certificados como segue:

- Caso não haja suficiente clareza no documento apresentado, a AR deve solicitar outro documento, preferencialmente a CNH - Carteira Nacional de Habilitação ou o Passaporte Brasileiro;
- Deverão ser consultadas as bases de dados dos órgãos emissores da Carteira Nacional de habilitação, e outras verificações documentais expressas no item 7 do documento CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE SEGURANÇA PARA AS AR DA ICP-BRASIL;
- Caso haja divergência dos dados constantes do documento de identidade, a emissão do certificado digital deverá ser suspensa e o solicitante orientado a regularizar sua situação junto ao órgão responsável;
- Implementar qualquer forma sistematizada de consulta/validação de um ou mais dos dados biográficos constantes da Carteira de Identidade (CI) apresentada pelo requerente do certificado digital para efeito de identificação de um indivíduo, com base nas normas e regras dos órgãos emissores do documento de identidade, sem prejuízo às outras consultas obrigatórias; e
- Caso seja apresentada a Carteira Nacional de Habilitação – CNH, a AR deverá proceder a verificação por meio de consulta às base de dados dos órgãos emissores da CNH. Caso a AR perceba que a CNH possui dados não convergentes aos pesquisados, a AR deverá validar essa informação com uma outra fonte de consulta.

#### **Fiscalizações da DAFN -Fraudes**

Em decorrência de denuncia recebida pela DAFN foi identificado a emissão fraudulenta de emissão de 4 certificados digitais por AR da ICP Brasil sem a identificação presencial de solicitante de certificado. As conclusões da fiscalização foi no sentido de recomendar o descredenciamento a AR, penalidade máxima aplicada a um Prestador de Serviço de Certificação.

---

---

#### **MEDIDAS A SEREM ADOTADAS**

---

---

Durante o ano de 2012 ocorreu um acréscimo na quantidade de Prestadores de Serviços de Certificação - PSC vinculados a ICP - Brasil, como descrito abaixo, especialmente as AR (33%) acarretando aumento das Atividades da Auditoria e Fiscalização, entretanto, não houve em contrapartida, modificação na disponibilidade de recursos humanos alocados na DAFN.

#### EVOLUÇÃO DA ICP BRASIL

Credenciamentos	Total Até 2009	2010 Total	2011 Total	Total em 2012	Acréscimo em 2012
<b>Autoridades Certificadoras</b>	36	39	42	46	9%
<b>Autoridades de Registro</b>	<b>208</b>	<b>319</b>	<b>178</b>	<b>238</b>	<b>33%</b>
<b>Instalações Técnicas Físicas</b>	534	861	1109	1354	23%
<b>Auditores Independentes</b>	11	11*	13	14	7%
<b>Qtd. Municípios com IT</b>		100	338	437	30%
<b>Certificados emitidos</b>	<b>955.000</b>	<b>1.300.000</b>	<b>2.025.000</b>	<b>2.100.000</b>	<b>4%</b>

SITUAÇÃO EM 31.12.2012

A solução adotada neste exercício e que vem sendo paulatinamente incrementada para enfrentar esta situação é a implementação de sistemas informatizados visando suprir a deficiência de recursos humanos através da automação de processos e a adaptação de procedimentos, usando ferramentas que agreguem o conhecimento de todos os profissionais da DAFN.

Esta estratégia objetiva a redução no tempo de auditoria e a possibilidade de direcionamento das atividades de fiscalização a itens específicos, facilitando, inclusive, a atividade de avaliação à distância para requisitos e itens previsto nas Resoluções onde não se faz necessário a ação presencial do Fiscal, possibilitando a realização de testes em maior quantidade com maior qualidade.

Em 2012 com o uso de sistemas de informação foi possível fiscalizar a realização de auditoria nas autoridade de registro realizadas pelas empresas de auditoria independente. Foram realizadas fiscalizações em todas as 11 AC vinculadas a AC RFB que é a maior cadeia da ICP Brasil e o resultado foi incremento na quantidade de auditorias realizadas nas AR em 2012 na ordem de 40%.

#### OUTRAS ATIVIDADES NÃO VINCULADAS AO PLANO PLURIANUAL

As Autoridades de Registro já credenciadas podem a qualquer tempo iniciar Atividades Operacionais em outros endereços de Instalações Técnicas ou Postos Provisórios como regulamentado pelo DOC ICP 03, desde que autorizados pelo ITI e, ainda, bem como alterar seus Regulamentos Normativos. Essa autorização é realizada mediante análise efetuada pela DAFN que resultaram nas seguintes atividades:

ATIVIDADES	2010	2011	2012
Autorização de funcionamento de Posto Provisório	32	57	36
Análise de PC's e DPC's – Autoridades Certificadoras	08	26	9
Análise de pedido de descredenciamento	3	3	9
Análise de pedido de criação/extinção e alteração de Instalações Técnicas de AR's	17	24	65
Credenciamento sumário de AR	71	241	139

## AUDITORIAS REALIZADAS POR AUDITORIAS INDEPENDENTES

As Auditorias Operacionais em AC's que não estejam imediatamente abaixo da AC Raiz são realizadas por empresas de Auditoria Independente, cadastradas junto ao ITI, e que também podem ser contratadas por estas AC's para realizar Auditorias Operacionais em AR's e PSS's.

As Auditorias Independentes também participaram do processo de credenciamento de AR's. Neste procedimento, a Solicitação de Credenciamento de AR é encaminhada a DAFN com um relatório da Auditoria Independente atestando a conformidade da entidade candidata. A DAFN analisa e verifica as condições para credenciamento da proponente, emitindo parecer.

Esses procedimentos visam descentralizar, de forma controlada, a realização das Auditorias na ICP - Brasil, uma vez que a quantidade de entidades credenciadas tende a crescer substancialmente, não sendo possível à AC Raiz Auditar diretamente todas elas devido à sua reduzida limitação de recursos humanos.

Em 2012 foram realizadas Pelas Empresas de Auditoria Independentes e Entidades de Auditorias Internas devidamente credenciadas pela DAFN as seguintes atividades:

Atividades	Quantidade		
	2010	2011	2012
Relatório de auditoria Operacional em AC's	18	23	29
Relatório de auditorias operacionais em AR's	134	60	133
Relatório de auditorias Pré-Operacionais em AR's	40	178	101

## ATUALIZAÇÃO DO SÍTIO WWW.ITI.GOV.BR

Embora não sendo atribuição oficial foi assumida pela DAFN o envio quinzenal de dados dos PSC's, para a atualização do site [www.iti.gov.br](http://www.iti.gov.br), domínio oficial da ICP - Brasil. Estes dados servem de referência para desenvolvedores de aplicações e demais usuários, que consultam, entre outros dados relevantes, a Lista das Entidades em Credenciamento, Entidades Credenciadas e respectivos Certificados Digitais.

## AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA NORMALIZAÇÃO E PESQUISA

A Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa (CGNP) vem realizando trabalhos de revisão, manutenção e proposição de normas técnicas e operacionais relacionadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP - Brasil). Neste sentido, vem constantemente estudando e acompanhando os padrões, regulamentos, recomendações e especificações internacionais relacionadas à ICP – Brasil.

Em 2012, foram aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil (CG ICP-Br) e publicadas pela CGNP 10 (dez) Resoluções e 15 (quinze) Instruções Normativas. Das revisões de normas, destaca-se a atualização de todo o conjunto normativo relacionado à Assinaturas Digitais, refletindo no apoio à implementação de um dos maiores casos de utilização de assinaturas digitais adotando Políticas de Assinatura ICP - Brasil (Compensação de Cheques por imagem). Outros destaques foram: a mudança do processo de avaliação da conformidade para o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade operacionalizado pelo INMETRO e o estabelecimento do Certificado de Atributo para a ICP – Brasil.

Em prospecção tecnológica destaca-se os seguintes temas: Regulamentação do Padrão ICP - Brasil de Assinaturas Digitais baseada em *PDF Advanced Eletronic Signature* (PAdES) e a Regulamentação da geração de Certificados de Atributo.

Em relação às gerações dos códigos de máquina das Políticas de Assinatura (PA) e das Listas de Políticas de Assinatura Aprovadas (LPA), seja por versionamento para correção, atualização ou

revalidação (LPAs vencem a cada noventa dias), a CGNP atuou na criação e atualização dessas PAs e LPAs, disponibilizando os códigos para publicação no repositório da AC Raiz.

Segue relação de normas elaboradas/atualizadas e publicadas pelo ITI, sendo que as Resoluções são aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil, antes de sua publicação.

- ✓ Resolução nº 87 – Aprova a versão 4.0 do documento Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificado na ICP - Brasil (DOC-ICP-04);
- ✓ Resolução nº 88 - Aprova a versão 4.6 do documento Critérios e Procedimentos para Credenciamento das Entidades Integrantes da ICP - Brasil (DOC-ICP-03);
- ✓ Resolução nº 89 – Estabelece condição transitória para o requisito de obrigatoriedade de homologação de equipamentos de certificação digital ICP - Brasil;
- ✓ Resolução nº 90 - Aprova a versão 3.0 do documento Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP - Brasil (DOC-ICP-05) e a versão 1.6 do documento Características Mínimas de Segurança para as AR da ICP - Brasil (DOC-ICP-03.01);
- ✓ Resolução nº 91 - Aprova a versão 5.0 do documento Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificado na ICP - Brasil (DOC-ICP-04);
- ✓ Resolução nº 92 - Aprova a versão 2.1 do documento Visão Geral Sobre Assinaturas Digitais na ICP - Brasil (DOC-ICP-15);
- ✓ Resolução nº 93 – Estabelece o documento Visão Geral Sobre Certificado de Atributo, versão 1.0, para a ICP - Brasil (DOC-ICP-16);
- ✓ Resolução nº 94 - Aprova a versão 4.2 do documento Declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP - Brasil (DOC-ICP-01);
- ✓ Resolução nº 95 - Aprova a versão 5.1 do documento Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificado na ICP - Brasil (DOC-ICP-04);
- ✓ Resolução nº 96 - Aprova a versão 3.0 do documento Regulamento para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP - Brasil (DOC-ICP-10);
- ✓ Instrução Normativa nº 01/2012 – Aprova a versão 3.1 do documento Procedimentos Administrativos para Homologação na ICP - Brasil (DOC-ICP-10.01);
- ✓ Instrução Normativa nº 02/2012 – Aprova a versão 4.0 do documento Requisitos das Políticas de Assinatura Digital na ICP - Brasil (DOC-ICP-15.03);
- ✓ Instrução Normativa nº 03/2012 – Aprova a versão 5.0 do documento Requisitos das Políticas de Assinatura Digital na ICP - Brasil (DOC-ICP-15.03);
- ✓ Instrução Normativa nº 04/2012 – Aprova a versão 3.2 do documento Procedimentos Administrativos para Homologação na ICP - Brasil (DOC-ICP-10.01);
- ✓ Instrução Normativa nº 05/2012 – Aprova a versão 1.5 do documento Características Mínimas de Segurança para as AR da ICP-BRASIL (DOC-ICP-03.01);
- ✓ Instrução Normativa nº 06/2012 – Implementa a Lei de Acesso à Informação no ITI;
- ✓ Instrução Normativa nº 07/2012 – Aprova a versão 1.0 do adendo Modelo de Comunicação de Indício ou Fraude na Emissão de Certificado Digital na ICP-BRASIL (ADE-ICP-03.H);
- ✓ Instrução Normativa nº 08/2012 – Aprova a versão 2.1 do documento Requisitos para Geração e Verificação de Assinaturas Digitais na ICP-BRASIL (DOC-ICP-15.01);
- ✓ Instrução Normativa nº 09/2012 – Aprova a versão 2.1 do documento Perfil de Uso Geral para Assinaturas Digitais na ICP-BRASIL (DOC-ICP-15.02);
- ✓ Instrução Normativa nº 10/2012 – Aprova a versão 6.0 do documento Requisitos das Políticas de Assinatura Digital na ICP-BRASIL (DOC-ICP-15.03);
- ✓ Instrução Normativa nº 11/2012 – Aprova a versão 2.3 do documento Atribuição de OID na ICP-BRASIL (DOC-ICP-04.01);
- ✓ Instrução Normativa nº 12/2012 – Aprova a versão 2.12 do adendo Esquema de OID na ICP-BRASIL (ADE-ICP-04.01);
- ✓ Instrução Normativa nº 13/2012 – Aprova a versão 2.13 do adendo Esquema de OID na ICP-BRASIL (ADE-ICP-04.01);
- ✓ Instrução Normativa nº 14/2012 – Aprova a versão 6.1 do documento Requisitos das

- Políticas de Assinatura Digital na ICP-BRASIL (DOC-ICP-15.03);
- ✓ Instrução Normativa nº 15/2012 – Aprova a versão 1.0 do documento Perfil de Uso Geral e Requisitos para Geração e Verificação de Certificados de Atributo para a ICP-BRASIL (DOC-ICP-16.01);

## RECURSOS HUMANOS

No exercício de 2012, a DAFN contou com a seguinte força de trabalho:

- Na Diretoria: um Diretor e um funcionário administrativo terceirizado;
- Na Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização – CGAF: um Coordenador-Geral, três Assessores com a função de Auditor e 3 Assistentes Técnicos prestando apoio aos Auditores. Estes 7 (sete) profissionais se dedicam também na execução das Funções de Fiscalização com cada um deles tendo a especialização e proficiência em tópicos distintos constantes das Resoluções da ICP - Brasil. Contou ainda, com dois funcionários administrativos terceirizados;
- Na Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa: um Coordenador-Geral, um Assistente Técnico e dois funcionários administrativos terceirizados.

Pelo número de atividades de Auditorias, Fiscalizações, Normalizações e Pesquisas apresentadas no presente documento, fica evidente que a quantidade de força de trabalho ora lotada na DAFN é insuficiente para atender a demanda.

Essa insuficiência tem sido agravada pelo aumento de pedidos de credenciamento e seus reflexos na base de entidades credenciadas, pela necessidade de intensificação de fiscalizações em razão do aumento dos casos de tentativa de fraude, bem como, pela evolução e atualização de suas bases normativas e técnicas e do próprio reflexo no combate às fraudes pelo aprimoramento do conjunto normativo.

## CONCLUSÃO

Entendemos que as ações que a **DAFN** promoveu, em atendimento às suas atribuições e competências, no exercício de 2012, contribuíram sobremaneira para manter e elevar o padrão de segurança dos produtos, serviços e processos de certificação digital no Brasil pela ICP - Brasil.

O aumento da confiabilidade e segurança para os usuários da ICP - Brasil pôde ser constatado pelo aumento do número de usuários e de aplicações utilizando certificados digitais ICP- Brasil em torno de 4%, bem como, pelas orientações que os integrantes da ICP - Brasil passaram a seus usuários, garantindo assim, a qualidade dos produtos, serviços e processos realizados na ICP - Brasil.

Avanços foram obtidos com a implementação das Fiscalizações à Distância, notadamente numa das questões mais importantes de uma Infraestrutura de Chaves Públicas que é a Emissão de Certificados e o Gerenciamento das LCR's, bem como a manutenção da disponibilidade de seus repositórios.

#### 4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da Unidade

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.125.2038.4917					
Finalidade	Manter ambiente seguro e toda infra-estrutura relacionada conforme Declaração de Práticas de Certificação (DPC) e Política de Segurança (PS) da Autoridade Certificadora Raiz da ICP - Brasil.					
Iniciativa	<i>02D2 - Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.</i>					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.988.540	4.429.686	4.043.837	2.047.003	0	1.996.834	2.047.003
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Administração de serviços continuados: manutenção, administração e suporte da infraestrutura do ambiente computacional do Ambiente Seguro da AC-Raiz e da hospedagem de contingência para sítios de Internet, manutenção preventiva e corretiva do Ambiente Seguro do ITI (ongoing); readequação tecnológica de todos os subsistemas do Ambiente Seguro da AC Raiz; adequação das instalações do CPD da sede do Instituto e instalação de solução de monitoramento remoto (NOC); acesso à Infovia Brasília, e acesso diretamente a partir do Ambiente Seguro do ITI; acesso à Internet para sítio de redundância; modernização do Parque Tecnológico; vigilância para o Ambiente Seguro; contratação de treinamento(s) em infraestrutura de chaves públicas, segurança da informação, gestão e qualidade dos serviços; contratação de auditoria da AC-Raiz.	Manutenção de dois centros de Certificação Digital ICP - Brasil	2	2	4.429.686	4.043.837
<b>Análise Crítica</b>						
Essa ação tem como finalidade garantir o pleno funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP – Brasil e assegurar a seus usuários o estado-da-arte em segurança da informação, necessária para garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos.						

Trata-se de uma ação nevrálgica para o ITI, estando nela abrigada grande parte das principais atividades finalísticas deste Instituto.

### **Crescimento no número de Entidades Credenciadas na ICP – Brasil**

A emissão de novos certificados para Autoridades Certificadoras de 1º nível envolve uma série de análises e ajustes técnicos que levam meses para conclusão. Em 2012 foram emitidos 3 (três) certificados para as seguintes Autoridades Certificadoras de 1º nível dentro cadeia “v2”:

1. AC VALID;
2. AC CMB v3;
3. AC SOLUTI.

Além disso, a AC-Raiz realizou a emissão de 15 (quinze) LCRs distribuídas entre as cadeias v1, v2 e v3.

### **Apoio ao Projeto de Aplicações com Suporte à Certificação Digital ICP - Brasil no âmbito do Setor Público**

O crescimento no uso da certificação Digital ICP – Brasil se dará à medida que novas aplicações passe, a fazer uso dessa nova tecnologia de segurança. Portanto é objetivo do ITI promover a proposição aos órgãos setoriais das três esferas de governo, em seus três poderes, de projetos de aplicações focadas no cidadão com suporte à Certificação Digital ICP – Brasil.

No decorrer de 2012 o Instituto acompanhou e apoiou tecnicamente o desenvolvimento dos seguintes projetos:

- **RIC – Registro Único de Identificação Civil** – O RIC está sendo revisto, devido às iniciativas de alguns estados como São Paulo e Espírito Santo, para a modernização dos seus processos e documentos de identificação.
- **Modernização do Passaporte Brasileiro** – A exigência da International Civil Aviation Organization (ICAO) dos certificados digitais utilizados para assinar passaportes possuírem validade igual ou superior ao próprio documento, aliada à implementação de novos algoritmos criptográficos da família SHA2 e RSA com 4096 bits, motivou a aprovação por parte do Comitê Gestor da extensão do prazo máximo de validade dos certificados digitais tipo A3 e A4 para 5 anos;
- **Certificado de atributo em carteiras de estudantes** - Para atender exigência da Lei Geral da Copa e garantir a meia-entrada na Copa das Confederações e na Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, a carteira nacional estudantil terá novo padrão de segurança. Governo, entidades estudantis e indústria assinaram protocolo de intenções para a emissão do documento que terá certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil). Estudantes terão 50% de desconto para compra dos bilhetes nas duas competições organizadas pela FIFA, chamados de ingressos categoria 4. O acordo foi assinado entre o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital (Abrid). As carteiras estudantis com certificado digital seguirão padrão único e somente poderão ser emitidas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), pelos diretórios centrais dos estudantes (DCEs) das instituições de ensino superior e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

### **Operacionalização da AC-Raiz**

Para garantir o contingenciamento das chaves criptográficas e pleno funcionamento da AC Raiz,

são mantidos 2 (dois) Centros de Processamento de Dados, sendo um em Brasília/DF e outro em Florianópolis/SC.

Os Centros são compostos de sistemas redundantes e autônomos, compostos dos seguintes subsistemas:

- Subsistema de Alimentação Elétrica;
- Subsistema de Climatização;
- Subsistema de Detecção e Combate a Incêndio;
- Subsistema de Supervisão e Controle;
- Subsistema de Controle de Acesso e Vigilância.

Em virtude da alta disponibilidade exigida pelo Ambiente Seguro do ITI é necessário manter contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas descritos acima. Todos os subsistemas descritos acima são monitorados em regime 24x7 por equipe especializada.

Além disso, a administração e o gerenciamento do repositório da AC Raiz, o repositório das Políticas de Assinatura da ICP - Brasil, homologação de equipamentos e sistemas da ICP - Brasil e a Entidade de Auditoria de Tempo, também fazem parte de atividades rotineiras para o pleno funcionamento da AC Raiz.

No exercício de 2012 foi possível garantir a disponibilidade do Sistema de Certificação Digital e da Entidade de Carimbo do Tempo – ECT da ICP - Brasil, a uma taxa de 99,99%, para ambos ambientes - principal e de contingência, conforme exige a legislação vigente.

Para tanto, foi contratada empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro e foram contratados os meios físicos e lógicos para acesso à Internet (Infovia Brasília) para os dois ambientes principal e de contingência.

Também foi adequado o contrato de vigilância para o pleno atendimento das particularidades do ambiente seguro. Por outro lado, a contratação de profissionais para manutenção, homologação, administração e suporte da infraestrutura tecnológica da DINFRA – Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas, bem como profissionais para atividades administrativas do ambiente seguro encontra-se sob análise.

Com relação à infraestrutura para operação da Entidade de Carimbo do Tempo, foi possível encaminhar as providências legais para contratação de suporte, manutenção preventiva e corretiva para os sistemas e equipamentos BRY e THALES, cuja formalização se dará no início de 2013. A aquisição de infraestrutura de homologação para a Entidade de Carimbo de Tempo não foi executada por falta de recursos e limite orçamentários, devendo essa ação ser incluída na lista de demandas de tecnologia a serem priorizadas pelo CETI para o exercício de 2013.

No final do ano de 2012, foi assinado o contrato com a empresa PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PWC). A primeira auditoria independentes será realizada em 2013 com previsões continuadas por 5 (cinco) anos.

### **Modernização da Infraestrutura de Chaves Públicas**

O ano de 2012 foi marcante em termos de modernização da infraestrutura tecnológica da AC-Raiz. A substituição dos equipamentos sem garantia e a aquisição de software e hardware necessários à complementação da infraestrutura tecnológica não alcançou a meta de 100% inicialmente planejada, por falta de crédito e limite orçamentário. No entanto, foi possível executar 70% (setenta por cento) do total planejado. Dessa feita, foram realizados os seguintes investimentos:

- a) aquisição de hardware para complementação da infraestrutura SAN do site principal;



- b) expansão da capacidade das unidades de armazenamento do site principal/contingência;
- c) atualização do parque tecnológico do ambiente seguro principal;
- d) aquisição do parque tecnológico para o ambiente seguro de contingência; e
- e) aquisição de solução automatizada de backup (hardware e software).

As demais ações constarão da lista de demandas de tecnologia a serem priorizadas pelo CETI para o exercício de 2013, a saber:

- a) aquisição de software de virtualização para o ambiente seguro principal/contingência;
- b) aquisição de software de sistema operacional para o ambiente seguro principal/contingência;
- c) adequação tecnológica do subsistema de alimentação elétrica;
- d) adequação tecnológica do subsistema de climatização;
- e) adequação tecnológica do subsistema de detecção e combate a incêndio;
- f) adequação tecnológica do subsistema de supervisão e controle;
- g) adequação tecnológica do subsistema de controle de acesso e vigilância e
- h) adequação das instalações técnicas da DINFRA e instalação de solução de monitoramento remoto (NOC).

O valor investido alcançou a marca de R\$ 1.696.400,20, ou seja, aproximadamente 750% a mais do que investido em 2011. A modernização tecnológica é absolutamente necessária para assegurar sua operação durante 365 dias por ano X 7 dias por semana X 24h por dia, a uma disponibilidade de 99,99%. O crescimento em todos os sentidos comprova que a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP - Brasil assume cada vez mais papel preponderante no desenvolvimento nacional, ao garantir o uso da melhor tecnologia de segurança da informação e comunicação em transações e documentos eletrônicos.

#### 4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da Unidade

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.126.2038.7264					
Finalidade	Desenvolver Criptossistemas e em código aberto com tecnologia nacional.					
Iniciativa	<i>02D2 - Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.</i>					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.000	300.000	271.560	95.096	0	176.464	95.096
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Desenvolvimento e implantação de uma nova plataforma criptográfica para a Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz) da ICP - Brasil, composta de hardware e software responsáveis pela emissão e revogação de certificados digitais das Autoridades Certificadoras de 1º nível da ICP - Brasil, bem como, pela emissão da lista de Certificados revogados – LCR da AC Raiz da ICP - Brasil; desenvolver massa crítica em certificação digital e instalar um ambiente seguro com sala-cofre para testes da plataforma. Melhorias e aperfeiçoamentos do atual sistema (MSC e SGC) implementado por força de regulamentação da ICP - Brasil.	Percentual de execução física de sistema implantado	3	3	300.000	271.560
<b>Análise Crítica</b>						
No exercício de 2012, destacam-se 2 grandes projetos que foram relevantes e contribuíram de forma significativa para a nacionalização do sistema de software e hardware da ICP - Brasil.						
Em termos de software, uma nova versão do Sistema de Gerenciamento de Certificados Digitais (SGC), nas versões Ywapa e Ywyrá foi disponibilizada, trata-se da versão 2.5 que incorporou mais funcionalidades em termos de operação do ciclo de vida do certificado digital padrão ICP - Brasil da Autoridade Certificadora Raiz e também algumas das autoridades certificadoras de 1º nível que são						

usuárias desta tecnologia. Cabe destacar que boa parte das autoridades certificadoras de 1º nível utilizam-se do SGC versão Ywyrá para suas operações, a destacar: AC-Jus, AC-Serpro, AC-SRF, AC-PR, AC-Soluti e AC-Valid. Isso significa que o sistema ICP - Brasil utiliza-se de tecnologia nacional para operação da infraestrutura de chaves públicas (ICP) que possibilita total independência externa e plena auditoria visto que o ITI detém os direitos de propriedade do sistema SGC, possuindo amplo acesso ao código-fonte dos produtos desenvolvidos. Além disso, o desenvolvimento do SGC em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina permitiu o fomento e desenvolvimento de pesquisa aplicada em ambiente acadêmico brasileiro e com isso permitindo ampla formação de recursos humanos altamente especializados na área de criptografia.

Em termos de hardware, destaca-se o projeto com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que permitiu o aperfeiçoamento do ASI-HSM, um módulo de segurança criptográfica desenvolvido originalmente pela Universidade Federal de Santa Catarina e a Rede Nacional de Pesquisa (RNP). O projeto permitiu que o produto fosse adaptado à realidade da ICP - Brasil, e da mesma forma fomentou o desenvolvimento tecnológico nesta área estratégica. O produto também foi homologado oficialmente para plena operação em ambientes controlados da ICP-BRASIL, onde além de operar as chaves da AC-raiz opera também as chaves criptográficas de outras AC de 1º nível.

#### 4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Unidade

O Instituto é responsável pela Ação 2000 inserida no contexto do Programa de Gestão e Administração da Presidência da República.

#### 4.1.6 Informações Sobre Ações de Gestão, Manutenção e Serviços ao estado de Responsabilidade da Unidade

##### QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.122.2101.2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.291.460	9.790.314	9.460.971	8.594.130	0	866.841	8.594.130
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Administração da Unidade	x	x	x	9.790.314	9.460.971

#### **Análise Crítica**

A área de Gestão da Unidade passou a ter novo Coordenador Geral a partir de Abril/2012 – Dr. Liomar Santos Torres em lugar do Dr. Júlio César de O. de A. Pereira.

Entre abril e maio/2012 foram substituídas as empresas responsáveis pela prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo em três níveis I, II e III, serviços de copeiragem e garçom, limpeza e conservação. A substituição das empresas ensejou diversas providências, inclusive jurídicas, para que o encerramento dos contratos com as empresas anteriores estivesse em conformidade com as leis e normas aplicáveis. Nesse sentido, visando garantir o cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis a serviços de mão de obra terceirizada foram implementados procedimentos que evidenciem o recolhimento de direitos do trabalhador, de forma individualizada, e não somente baseada no Certificado de Regularidade do FGTS.

Em 2012 investiu-se treinamentos voltados à padronização do atendimento telefônico, cortesia no tratamento de visitantes, uso e operação do sistema de Protocolo e uso e requisição de material por meio eletrônico. Além disso, a equipe de vigilantes foi treinada para lidar com as bombas de esgoto, água potável e pluviais, assim como desligamento da energia geral, em casos de sinistro.

Foram ainda desenvolvidos estudos para a contratação de serviços terceirizados em tecnologia da informação, conforme Grupo Técnico de Trabalho – GTT, instituído pela Portaria nº 17, de 02 de abril de 2012 e Portaria nº 26, de 27 de abril de 2012. Os trabalhos visavam identificar a quantidade e qualidade de contratação de serviços terceirizados em tecnologia da informação no âmbito do Instituto, atendendo os requisitos legais para sua contratação, observado o orçamento de 2012 e 2013. No entanto, em face de modificação estrutural no projeto tornou-se necessário o encerramento dos trabalhos, sem conclusão, conforme Portaria nº 71, de 24 de setembro de 2012. A proposta sucessória será elaborada oportunamente

pela CODIS, sem prejuízo do aproveitamento dos trabalhos que restarem pertinentes.

Com o advento da mudança da Sede do ITI no final de 2011, foi necessária a implantação de sistemas de segurança de forma que o Instituto dispusesse de uma estrutura de segurança compatível com a Política de Segurança do Governo Federal, voltada à proteção das pessoas e do patrimônio público. As atividades de segurança consistem no atendimento, prestação de informação e orientação, controle e fiscalização por ocasião do acesso, permanência e saída de pessoas e bens da Autarquia. Dessa forma, foram adquiridos e instalados porta e equipamentos de raio-X para ingresso no edifício.

Foi constituído GTT, objeto da Portaria nº 36, de 24 de julho de 2012, para elaboração de Novo Projeto Básico para manutenção predial da nova Sede. A ação tem o objetivo de otimizar o orçamento ao dispor de um Projeto que abranja serviços de engenharia civil, cabeamento estruturado, hidráulica, esgoto, elétrica, marcenaria, pintura, pedreiro, vidraceiro, tapeceiro, chaveiro e serralheiro, uma vez que o escopo do Projeto deve prestigiar serviço por demanda e a cotação deve estar de acordo com a variação de mercado, seja, diária, ou hora trabalhada.

O GTT elaborou nova minuta de projeto básico que trata de manutenção predial da Sede do Instituto contendo:

- a) ANEXO I – Características Gerais do Imóvel;
- b) ANEXO II – Especificações dos Serviços;
- c) ANEXO III – Características do Software;
- d) ANEXO IV – Listagem dos materiais;
- e) ANEXO V – Planilha de Custo dos Serviços;
- f) ANEXO VI – Modelo de termo de Vistoria;
- g) ANEXO VII – Modelo de Ordem de Serviço e
- h) ANEXO VIII – Fluxo para Pagamento.

O Grupo recomendou que o levantamento de custos dos serviços e materiais seja realizado pela Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios, considerando a expertise da área.

Foi também efetuado levantamento do inventário de informática novos, usados, e inservíveis (memórias, HD's avulsos pen-drives, transceptores de conversões de cabo de fibra ótica, padrão GBIC e outros), com vistas dispor de inventário atualizado e compatível com as respectivas compras, cujo controle passou a ser centralizado na CGPOA/Logística. O levantamento foi efetuado pelo GTT instituído pela Portaria nº 37, de 24 de julho de 2012. O GTT apresentou o inventário de informática à CGPOA, para as providências de praxe.

Quanto ao inventário geral do patrimônio físico do ITI, foi instituído GTT pela Portaria nº 38, de 24 de julho de 2012, para efetuar levantamento desse patrimônio em termos físicos e contábeis, sem prejuízo do ajuste dessa conformidade junto ao SIADS e SIAFI. O Grupo apurou que o Sistema SIADS não está atendendo de forma adequada ao controle do acervo patrimonial, prejudicando um controle mais eficiente do registro dos bens do ITI. Verificou ainda que o Sistema SIADS não está refletindo as depreciações, amortizações e exaustões registradas no SIAFI, prejudicando o fechamento de valores no comparativo dos sistemas. O Grupo Técnico apresentou propostas para solução das pendências, que estão em fase de implementação.

A Portaria nº 35, de 24 de julho de 2012 instituiu GTT, com o objetivo de promover gestões, consultas e providências junto a órgãos de fiscalização local, no sentido certificar-se da regularidade dos padrões técnicos adotados pelo ITI e referentes à parte de engenharia e instalações prediais, água e esgoto, energia elétrica, prevenção de acidentes, incêndios, e ainda limpeza e descarte de resíduos, de modo a propiciar à Administração segurança no uso e gozo das instalações, em face da necessidade de se adequar aos padrões normativos vigentes e à política de sustentabilidade ambiental.

Em 30/07/2012, a Defesa Civil emitiu Termo de Comparecimento, constatando a integridade da edificação da Sede do ITI, requerendo apenas manutenção rotineira. As demais conformidades continuam

em curso, porque dependem de diversos órgãos do GDF.

Buscando atuar em *compliance* com as determinações TCU, O ITI instituiu GTT, através da Portaria nº 32, de 26 junho de 2012, para promover estudos, consultas e diligências para apurar a mais adequada e regular forma de contratação dos serviços de manutenção do ambiente seguro (sala cofre). O estudo foi concluído e evidenciou que a contratação do serviço poderia ser efetuada via licitação, podendo-se ainda cindir o objeto em dois itens. Por tratar-se de serviço relevante para a Infraestrutura de Chaves Públicas, o ITI promoveu audiência pública para discutir a matéria de forma transparente para a sociedade e interessados. A questão da licitação já ficou resolvida, porém continuam discussões sobre a partição dos serviços em dois ambientes, ou melhor, dois itens. Enquanto isso, o contrato existente foi prorrogado, no âmbito da norma em vigor.

Em termos de investimento, o Instituto executou quase cinco vezes o valor de investimento de exercícios anteriores, graças à colaboração de todas as áreas.

O balanço de 2012 no que se refere à execução das demandas de investimento em tecnologia priorizadas pelo CETI apresentou o seguinte resultado:

### **CONSOLIDAÇÃO DAS DEMANDAS PRIORIZADAS E ATENDIDAS EM 2012**

<b>DINFRA</b>	<b>Crédito R\$ 1.696.562,00 Limite R\$ 1.550.675,36</b>	<b>DAFN</b>	<b>Crédito R\$ 200.000,00 Limite R\$ 200.000,00</b>	<b>GESTÃO</b>	<b>Crédito R\$ 1.048.854,00 Limite R\$ 957.948,72</b>
Desktop	R\$ 46.181,00	Videoconferência	R\$ 50.000,00	Raio-X -VMI	R\$ 88.000,00
Videoconferência	R\$ 50.000,00	2 servidores T. 01	R\$ 48.000,00	Dell	R\$ 87.599,60
23 servidores-T.02	R\$ 444.659,00	18 Notebooks	R\$ 30.150,00	Gravador	R\$ 1.140,00
4 servidores-T.03	R\$ 101.240,00	24 desktops	R\$ 71.520,00	Videoconferência	R\$ 121.829,34
5 servidores T.05	R\$ 398.995,00			Livros	R\$ 5.621,48
2 Fitotecas	R\$ 99.980,00			12 servidores-T.4	R\$ 360.000,00
Storage e gavetas	R\$ 404.965,36			2 servidores - T.05	R\$ 159.598,00
1 desktop	R\$ 2.980,00			2 Fitotecas	R\$ 99.980,00
1 notebook	R\$ 1.675,00			9 desktops	R\$ 26.820,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.550.675,36</b>	<b>Total</b>	<b>199.670,00</b>	<b>Total</b>	<b>R\$ 957.288,42</b>

O valor total de investimentos em 2012 foi da ordem de R\$ 2.707.633,78, frente a um crédito de R\$ 2.945.416,00, a diferença no valor de R\$ 237.782,22 deixou de ser utilizada por falta de limite para empenho.

Foram realizados 2 (dois) treinamentos em ITIL e COBIT ao custo de R\$ 7.130,00 cada um, sendo 5 participantes por curso.

Em 2012 também foi aprovado Processo de Desenvolvimento de Software (PDS), a ser revisto em 2013.

Com vistas à eficiência operacional foram executadas as ações necessárias à aquisição de equipamentos para videoconferência, a serem instalados nas salas de reunião do Térreo e 1º andar da Sede.

No âmbito de infraestrutura de Redes a cargo da Codis foram implantados softwares livres para

monitoramento de rede, serviço de e-mail, servidor de arquivo, firewall, antivírus e antispam, sem custos de aquisição para o Instituto. Além disso, foram implantados a rede sem fio (wireless) e o circuito fechado de TV (CFTV) para reforço de segurança do edifício. Ainda, foram efetuados projetos de melhoria nos servidores de arquivos corporativos, no sistema de backup e no sistema de filtros, regras e políticas de segurança de rede (firewall).

A Codis atuou na fiscalização de diversos contratos cujo objetos são relacionados com a Tecnologia da Informação e Comunicação, como os de telefonia, administração de redes, atendimento e suporte técnico a usuários (help desk). Também atuou na gestão do contrato de elaboração da nova página oficial do ITI na internet, em observância à Instrução Normativa nº 4/SLTI.

Normas e procedimentos aprovados e publicados pelo Instituto foram elaborados pela Codis, como o Processo de Desenvolvimento de Software (PDS), a Política de Segurança da Informação e Comunicações e a norma de acesso lógico à rede de dados. Em observância a normas de segurança, foram elaborados relatórios mensais de incidentes de redes computacionais.

A Codis participou da comissão de elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e no Planejamento Estratégico do ITI. Também participou de reuniões do Plano Nacional de Desmaterialização de Processos – PNDProc.

O orçamento Gestão ainda dá cobertura às despesas incorridas com reuniões ordinárias do Comitê gestor da ICP-Brasil, realizadas bimestralmente, de acordo com o regimento - Dec. 6605/2008 ([http://www.iti.gov.br/images/icp-brasil/legislacao/Decretos/DECRETO\\_6\\_605\\_DE\\_14\\_10\\_2008.pdf](http://www.iti.gov.br/images/icp-brasil/legislacao/Decretos/DECRETO_6_605_DE_14_10_2008.pdf)), podendo ainda ocorrer reuniões extraordinárias. Tais reuniões têm em média 50 a 55 participantes, cabendo ao ITI as despesas de inerentes ao evento café, lanche, aluguel de equipamentos, se for o caso, dentre outras.

As reuniões do Comitê Técnico da ICP – Brasil – COTEC da ICP – Brasil são reuniões técnicas que servem para dar subsídios aos membros do CGICP e as dos grupos de trabalho designados pelo CGICP para discutir algum assunto que requeira mais aprofundamento e estudo. As reuniões da COTEC seguem o padrão de número de pessoas do CGICP, sendo que as dos grupos são variáveis, de acordo com a necessidade do tema. São realizada em média 20 a 25 reuniões ano, correndo por conta do orçamento de gestão do ITI as despesas inerentes a esses encontros.

#### 4.1.6 Informações Sobre Ações de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Unidade

##### QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Identificação da Ação						
Código		10.20204.04.306.2101.2012				
Descrição		Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI				
Unidade Orçamentária		20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
61.200	61.200	48.391	48.391	0	0	48.391
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	unidade	17	14	61.200	48.391
<b>Análise Crítica</b>						
<p>No exercício de 2012 foram pagos auxílios alimentação para 13 (treze) servidores no período de janeiro a setembro e 14 (quatorze) servidores no período de outubro a dezembro.</p>						



#### 4.1.6 Informações Sobre Ações de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Unidade

##### QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.331.2101.2011					
Descrição	Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.600	3.600	1.492	1.492	0	0	1.492
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	unidade	2	1	3.600	1.492
<b>Análise Crítica</b>						
<p>No exercício de 2012 foi pago auxílio-transporte para apenas 1 (hum) servidor no período de janeiro a dezembro.</p>						

#### 4.1.6 Informações Sobre Ações de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Unidade

##### QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.365.2101.2010					
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.200	1.200	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Criança atendida	unidade	1	0	1.200	0
<b>Análise Crítica</b>						
No exercício de 2012 não houve situações em que se aplicasse o pagamento de assistência pré-escolar.						

#### 4.1.6 Informações Sobre Ações de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Unidade

##### QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Identificação da Ação						
Código	20.20204.04.301.2101.2004					
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.000	9.695	8.892	8.892	0	0	8.892
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa beneficiada	unidade	5	6	9.695	8.892
<b>Análise Crítica</b>						
<p>No exercício de 2012 foram contemplados com assistência médica e odontológica 5 (cinco) servidores no período de janeiro a março e 6 (seis) servidores no período de abril a dezembro.</p>						

#### 4.1.6 Informações Sobre Ações de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Unidade

##### QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Identificação da Ação						
Código	20.20204.04.301.2101.20CW					
Descrição	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
70.000	70.000	38.520	38.250	0	0	38.520
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor capacitado	unidade	20	27	40.000	38.520
<b>Análise Crítica</b>						
<p>No exercício de 2012 foram treinados 27 servidores nas áreas de SICONV, Gestão de Comunicações nas Organizações Públicas, Pregão Eletrônico, Governança de TI, Contratações de Soluções e Serviços de TI – IN 04/2010, Auditoria Interna, Gestão de Riscos de TI – BR 27005, Gerenciamento de Processos na Gestão pública, ITIL – V3 Foundations e COBIT Foundation 4.1.</p> <p>Desta feita, apesar da redução no volume recursos orçamentários, o Instituto acabou por superar a meta inicial de 20 servidores capacitados, fechando o exercício com 27 funcionários treinados no âmbito de diversas áreas do conhecimento.</p>						

## 4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

### 4.2.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

QUADRO A.4.7 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade	
Código SIAFI	Nome
243001	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
Gestões relacionadas à Unidade	
Código SIAFI	Nome
24208	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
243001	24208

### 4.2.2 Programação de Despesas

#### 4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.4.8 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	3.888.030	3.714.367			14.474.346	13.031.114
	PLOA	3.888.030	3.714.367			14.474.346	13.031.114
	LOA	3.888.030	3.714.367			14.474.346	13.031.114
CRÉDITOS	Suplementares	504.814	7.000			3.695	1.872.600
	Especiais						
	Abertos						
	Reabertos						
	Extraordinários						
	Abertos						
	Reabertos						
	Créditos Cancelados					2.345.416	1.870.500
Outras Operações							
<b>Total</b>		4.393.844	3.721.367			12.132.625	13.033.214

Fonte: SIAFI 2011 e 2012

#### 4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.4.9 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$  
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	600.000	550.000				
	PLOA	600.000	550.000				
	LOA	600.000	550.000				
CRÉDITOS	Suplementares	2.345.416					
	Especiais						
	Abertos						
	Reabertos						
	Extraordinários						
	Abertos						
	Reabertos	333.334					
	Créditos Cancelados						

Fonte: SIAFI 2011 e 2012

#### 4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	18.362.376	16.745.481	600.000	550.000		
	PLOA	18.362.376	16.745.481	600.000	550.000		
	LOA	18.362.376	16.745.481	600.000	550.000		
CRÉDITOS	Suplementares	508.509	1.879.600	2.345.416			
	Especiais						
	Abertos						
	Reabertos						
	Extraordinários						
	Abertos						
	Reabertos			333.334			
	Créditos Cancelados	2.345.416	1.870.500				
Outras Operações							
	Total	16.525.469	16.754.581	3.278.750	550.000		

Fonte: SIAFI 2011 e 2012

#### 4.2.2.4 Análise Crítica

Os créditos cancelados em Despesas Correntes correspondem aos créditos suplementares em Despesas de Capital.

### 4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação (PTRES)	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos	153163	46153	0	0	1.124.439
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	153163	46154	0	0	271.646
	Recebidos					

Fonte: SIAFI 2011 e 2012

#### 4.2.3.1 Análise Crítica

Os créditos movimentados referem-se aos Termos de Descentralização de Créditos - TDC firmados com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, responsável pelo desenvolvimento e atualização do Criptosistema e manutenção da Sala Cofre de Contingencia.

### 4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

#### 4.2.4.1 Execução da despesa com Crédito Originários da Unidade

##### 4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Crédito Originários

QUADRO A.4.12 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UNIDADE

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>9.352.221</b>	<b>6.179.100</b>	<b>9.352.221</b>	<b>6.179.100</b>
Convite		0		0
Tomada de Preços		0		0
Concorrência		0		0
Pregão	9.352.221	6.179.100	9.352.221	6.179.100
Concurso		0		0
Consulta		0		0
Registro de Preços		0		0
<b>Contratações Diretas</b>	<b>3.170.830</b>	<b>3.942.529</b>	<b>3.170.830</b>	<b>3.942.529</b>
Dispensa	2.184.134	3.087.723	2.184.134	3.087.723
Inexigibilidade	986.696	854.806	986.696	854.806
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>4.682</b>	<b>6.910</b>	<b>4.682</b>	<b>6.910</b>
Suprimento de Fundos	4.682	6.910	4.682	6.910
<b>Pagamento de Pessoal</b>		<b>3.570.981</b>		<b>3.570.981</b>
Pagamento em Folha	4.392.352	3.524.675	4.392.352	3.524.675
Diárias	62.319	46.306	62.319	46.306
<b>Outros</b>	<b>0</b>	<b>283.363</b>	<b>0</b>	<b>283.363</b>

Fonte: SIAFI 2011 e 2012

#### 4.2.4.1.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

QUADRO A.4.13 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UNIDADE

Valores em R\$  
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
3190.11 – Venc. Vant. fixas	1.786.283	1.719.123	1.786.283	1.719.123	00	00	1.786.283	1.719.123
3190.96 - Requisitado	2.312.045	1.544.029	2.312.045	1.544.029	514.302	210.000	2.312.045	1.544.029
3191.13 – Patronais - intra	215.505	212.372	215.505	212.372	00	00	215.505	212.372
Demais elementos do grupo	80.011	49.149	80.011	49.149	00	00	80.011	49.149
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
1º elemento de despesa	00	00	00	00	00	00	00	00
2º elemento de despesa	00	00	00	00	00	00	00	00
3º elemento de despesa	00	00	00	00	00	00	00	00
Demais elementos do grupo	00	00	00	00	00	00	00	00
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
3390.39 – Serv. Terceiros	3.797.365	5.548.403	3.538.286	5.053.057	259.079	495.346	3.538.286	5.053.057
3390.37 – Locação pessoal	4.936.925	3.751.187	4.774.885	3.277.870	162.039	473.316	4.774.885	3.277.870
3390.30 – Mat. consumo	360.660	52.052	114.495	48.586	246.164	3.465	114.495	48.586
Demais elementos do grupo	888.289	441.235	624.524	382.534	7.751	58.699	624.524	382.534
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
<b>4 – Investimentos</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
4490.52 – Investimento	2.707.634	531.828	1.068.911	112.192	1.638.723	419.636	1.068.911	112.192
4490.30 - Consumo	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI 2011 e 2012



---

---

#### **4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos Pela Unidade por Movimentação**

---

---

Não constam movimentações. Fonte: Siafi 2010 e 2011

---

---

**5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012.**

---

---

---

---

**5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

---

---

---

---

**5.1. Reconhecimento de Passivos**

---

---

**5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos**

No decorrer do exercício de 2012 não houve registros nas contas 2.1.2.1.1.11.00, 2.1.2.1.2.11.00 e 2.1.2.1.3.11.00 – Por insuficiência de créditos/recursos.

---

---

**5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

---

---

---

---

**5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

---

---

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2012	0	0	0	0
2011	0	0	0	0
2010	0	0	0	0
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2012	1.660.467	130.003	1.530,464	0
2011	1.719.640	268.482	1.451.158	0
2010	2.339.066	262.272	2.064.988	11.806
<b>Observações:</b>				

Fonte: Siafi 2010 a 2012

---

---

**5.2.2 Análise Crítica**

---

---

Constata-se não existir saldo a pagar dos empenhos inscritos em janeiro/2012, pois todos os compromissos assumidos foram liquidados.

O saldo a pagar de R\$ 11.806,00 apontado no quadro acima, refere-se a reinscrição de empenhos de exercícios anteriores. Entretanto, no exercício de 2011 estes empenhos foram anulados, devido a inexistência de despesas pendentes de pagamento.

Após a liquidação das despesas pendentes, procedeu-se o cancelamento dos saldos existentes.

### 5.3 Transferências de Recursos

Este item não se aplica, pela inexistência de transferências e valores repassados por meio de convênios e contratos de repasse. Fonte: Siafi 2010 e 2011

### 5.4 Suprimentos de Fundos

#### 5.4.1. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

##### 5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Suprimento de Fundos										
Código da UG	Nome da UG	Valores								
		Conta Tipo "B"	CPGF							
			Saque	Fatura						
243001	INSTITUTO NAC. DE TEC.DA INF.		1.616	3.066						
	<b>Total Utilizado pela Unidade por Tipo de SF</b>		1.616	3.066						

Fonte: Siafi 2012

##### 5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

Quadro A.5.9 não se aplica na Unidade

##### 5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Valores em R\$ 1,00

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG	243001	Limite de Utilização da UG	15.000		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
JORGE LUIS RODRIGUES	07615396115	5.000	390	690	1.080
OSMAR PEREIRA FILHO	07672863754	5.000	596	1.887	2.483
ROBERTO B. ASSUNÇÃO	18929672191	5.000	630	489	1.119
<b>Total Utilizado pela UG</b>			1.616	3.066	4.682

Fonte: SIAFI 2012

#### 5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão de Crédito Corporativo pela Unidade

A conta Tipo "B" não se aplica à Unidade.

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo "B"		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade e	(b) Valor	Quantidade e	(c) Valor	(a+b+c)
2012	00	00,00	6	1.616	7	3.066	4.682
2011	00	00,00	7	2.144	11	4.766	6.910
2010	00	00,00	7	3.033	15	4.390	7.423

Fonte: Siafi 2010 a 2012

#### 5.4.1.5 Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							4	4.682	5	6.911	4	7.424

Fonte: SIAFI 2012

#### 5.4.1.6 Análise Crítica

O Instituto adota somente o Cartão Corporativo do Governo Federal-CPGF para a realização de despesas por meio de suprimento de fundos. As despesas são aplicadas de acordo com a sua natureza e em conformidade com a legislação vigente. O total de gastos nos três últimos exercícios foi decrescente, em razão da priorização, pelo gestor, de certame licitatório.

#### 5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da Unidade

Não se aplica

#### 5.5 Gestão de Precatórios

Não se aplica

---

---

**6. Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/01/2012**

---

---

---

---

**6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS**

---

---

---

---

**6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos**

---

---

O Instituto não possui quadro próprio de pessoal. Os recursos humanos existentes são ocupados por servidores requisitados de outros órgãos da administração federal e estadual, regidos pela lei nº 8.112/90 e CLT, tendo ainda servidores sem vínculo empregatício e aposentados, todos nomeados para cargo ou função de confiança, em consonância com o Decreto nº 5.497 de 21.07.2005. Cabe registrar que a estrutura aprovada para a Autarquia, conforme Decreto nº 5.420/2005, é a seguinte:

Direção e Assessoramento Superior - DAS	Autorizados	Ocupados	Requisitados	Sem Vínculo
DAS 101.6	01	01	01	00
DAS 101.5	02	02	02	00
DAS 101.4 e 102.4	10	10	07	03
DAS 101.3 e 102.3	14	14	12	02
DAS 102.2	01	01	01	00
DAS 101.1 e 102.1	13	10	08	02
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>38</b>	<b>31</b>	<b>07</b>

---

---

**6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade**

---

---

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	00	00	00	00
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	46	35	00	00
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	00	00	00	00
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	05	04	00	01
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	41	31	00	00
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	00	00	00	00
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	46	35	00	01

Fonte: Decreto 5.420/2005

### 6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade

Considerando a inexistência de quadro próprio, não há informações no quadro Quadro A.6.2.

### 6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)			
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
<b>1. Cargos em comissão</b>	38	41	
1.1. Cargos Natureza Especial	38	41	
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	38	41	
1.2.1. Servidores Requisitados de outros Órgãos	31	34	
1.2.2. Servidores Nomeados - sem vínculo	7	7	
<b>2. Cargos sem comissão</b>	4	5	
2.1. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	5	
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>46</b>	

Fonte: Decreto nº 5.420/2005 que dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão para o ITI

### 6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Cargos em comissão</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>17</b>	<b>7</b>	<b>3</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	3	8	17	7	3
1.2.1. Servidores Requisitados de outros Órgãos	1	6	16	5	3
1.2.2. Servidores Nomeados - sem vínculo	2	2	1	2	0
<b>2. Cargos sem comissão</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	0	0	1	0
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>17</b>	<b>08</b>	<b>3</b>

Fonte: SIAPE/Cadastro de Pessoal

### 6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Cargos em comissão</b>					5	19	10	2	2
1.1. Cargos Natureza Especial					0	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento					5	19	10	2	2

Superior								
1.2.1. Servidores Requisitados de outros Órgãos				3	15	10	1	2
1.2.2. Servidores Nomeados - sem vínculo				2	4	0	1	0
<b>2. Cargos sem comissão</b>				<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de carreira em exercício descentralizado				0	4	0	0	0
<b>Total</b>				<b>5</b>	<b>23</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Fonte: SIAPE/Cadastro de Pessoal

### 6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$  
1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis		Despesas de Exercícios Anteriores	D e	Total
		Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis			
<b>Servidores Requisitados sem Ônus e sem vínculo com o ITI, ocupantes de DAS</b>						
<b>Exercícios</b>	<b>2012</b>	1.786.283	217.917	42.725	0	
	<b>2011</b>	1.719.124	216.277	45.245	0	1.980.646
	<b>2010</b>	1.898.440	266.292	29.479	0	2.194.211
<b>Servidores Requisitados com Ônus para o ITI</b>						
<b>Exercícios</b>	<b>2012</b>	2.312.045	0	0	0	2.312.045
	<b>2011</b>	1.544.030	0	0	0	1.544.030
	<b>2010</b>	1.521.410	0	0	0	1.521.410

Fonte: Siafi 2010 a 2012

### 6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Considerando que o Instituto não possui quadro próprio de pessoal, também não conta com servidores inativos e pensionistas, sendo dispensável o preenchimento dos quadros A.6.7 e A.6.8.

### 6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Todos os cargos da Autarquia são ocupados por servidores de outros Órgãos, assim como aposentados e demais profissionais sem vínculos. Quando se dá o ingresso de servidores são feitas pesquisas no sentido de identificar possíveis acumulações de funções e cargos comissionados, e o servidor assina declaração de não acumulação de cargo público.

### 6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica, visto que não ocorreu acumulação indevida de cargos e funções.

### 6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Este item não se aplica, pelas razões da inexistência de Quadro Próprio no Instituto, dispensando assim o preenchimento dos Quadros de A.6.9 a A.6.13.

### 6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Em razão da Unidade ainda não possuir quadro de pessoal, contando com uma estrutura regimental de somente 41 cargos comissionados e 05 servidores de carreira em exercício descentralizado, os controles são aqueles previstos na legislação que rege a matéria em questão. [Lei 8.112/90].

## 6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

### 6.2.1 Informações sobre a Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Auxiliar Administrativo Nível 1	15	11	12	04	00
Auxiliar Administrativo Nível 2	25	18	16	07	00
Auxiliar Administrativo Nível 3	23	20	15	03	00
Recepcionista	06	06	06	00	00
Suporte Técnico	03	03	03	00	00
Administrador de Rede	07	07	07	00	00
Aux. Operacional – Nível 1	01	01	01	00	00
Motorista	05	04	04	01	00
Copeira e Garçom	04	04	04	00	00
Vigilante	20	20	20	00	00
Limpeza	08	08	06	00	00
<b>TOTAL</b>	<b>89</b>	<b>74</b>	<b>69</b>	<b>15</b>	

#### Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

O Instituto não dispõe de quadro próprio de pessoal, tendo simplesmente servidores ocupantes de cargo em comissão, e para realizar atividades meio da administração e de natureza auxiliar e operacional, cujas funções não conflitam com o plano de carreira do serviço público, vale-se da contratação, por meio de pregão eletrônico, de pessoal terceirizado com disposição incursa no Decreto nº 2.271/97.

Fonte: Contratos listados nos Quadros A.6.17 e A.6.18

### 6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em decorrência da Realização de Concurso Público

Não se aplica o preenchimento do Quadro A.6.15, devido à ausência de Quadro Próprio.



### 6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Pela mesma razão do item anterior, não se aplica para o Quadro A.6.16.

### 6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI													
UG/Gestão: 243001							CNPJ: 04.039.532/0001-93						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natu reza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	12/2011	08.925.651/0001-02	11/05/11	11/05/12	08	08	00	00	00	00	E
2007	V	O	14/2007	04.689.445/0001-81	25/09/07	25/11/12	00	00	24	20	00	00	E
2012	L	O	17/2012	13.183.890/0001-66	31/05/12	31/05/13	08	08	00	00	00	00	A
2012	V	O	31/2012	04.689.455/0001-81	25/11/12	25/12/13	00	00	24	20	00	00	A

### 6.2.5 Informações sobre a Locação de Mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI													
UG/Gestão: 243001							CNPJ: 04.039.532/0001-93						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	05/11	06.180.406/0001-80	01/04/11	01/04/12	4	4	0	0	0	0	E
2012	2	O	10/12	09.245.682/0001-77	05/04/12	05/04/13	4	4	0	0	0	0	A
2010	5	O	13/10	03.084.540/0001-99	17/06/10	15/06/13	0	0	6	6	0	0	P
2011	11	O	10/11	05.204.100/0001-53	18/05/11	02/04/12	0	0	25	18	0	0	E
2012	11	O	08/12	13.183.890/0001-66	03/04/12	03/04/13	0	0	25	25	0	0	A
2011	4	O	14/11	05.204.100/0001-53	01/06/11	02/04/12	4	4	0	0	0	0	E
2012	4	O	09/12	13.183.890/0001-66	03/04/12	03/04/13	4	4	0	0	0	0	A
2011	11	O	11/11	06.959.859/0001-09	11/05/11	11/05/12	0	0	0	0	23	20	E
2012	11	O	14/12	13.183.890/0001-66	14/05/12	14/05/13	0	0	0	0	23	23	A
2009	11	O	09/11	05.496.394/0001-34	11/05/11	11/05/12	0	0	15	11	0	0	E
2012	11	O	13/12	20.204.491/0001-08	14/05/12	14/05/13	0	0	15	15	0	0	A
2011	3	O	17/11	02.781.209/0001-65	21/07/11	20/07/13	0	0	0	0	3	3	P
2011	3	O	18/11	09.146.381/0001-96	21/07/11	20/07/13	0	0	6	6	1	1	P

---

---

## 6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

---

---

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>11</b>	<b>08</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>51.078</b>
1.1 Área Fim	6	4	5	3	27.861
1.2 Área Meio	5	4	3	3	23217
<b>2. Nível Médio</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.732</b>
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	1	1	0	0	3.996
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>12</b>	<b>09</b>	<b>08</b>	<b>6</b>	<b>55.074</b>

Fonte: SIAPE/Cadastro de Pessoal

---

---

## 6.2.7 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

---

---

Não há indicadores a serem informados, visto que o Instituto ainda não dispõe de quadro de pessoal próprio.

---

---

**7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012.**

---

---

---

---

**7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO**

---

---

---

---

**7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros**

---

---

Esta Unidade não possui frota de veículos, contando com a locação de veículos por força do contrato número 010/2012, firmado com a empresa **Atlanta Locadora de Veículos Ltda-ME**, CNPJ nº **09.245.682/0001-77**, decorrente da realização do **Pregão Eletrônico nº 014/2012**.

<b>Grupo</b>	<b>Qte</b>	<b>Veículo</b>	<b>Km-média anual</b>	<b>Idade Média</b>
Veículo de Representação	01	Fiat Linea Essence 1.8	2.567	2012/2013
Transporte Institucional	04	03 veículos Fiat Pálio Fire 1.0 e 01 Motocicleta/Honda	1.508	2012/2013

A inexistência no Instituto de quadro próprio de pessoal, de condutores e de frota automotiva, constitui a motivação lógica e jurídica para a contratação, amparada pelo Decreto 2.271/1997, necessária para a realização de atividades complementares, auxiliares e logísticas da Instituição.

---

---

**7.2 Gestão de patrimônio Imobiliário**

---

---

---

---

**7.2.1 Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial**

---

---

O Instituto não possui Imóvel Próprio, e nem Bens Imóveis de Propriedade da União sob a sua responsabilidade, por não haver disponibilidades, segundo informado pela Secretaria de Patrimônio da União, o que dispensa o preenchimento do Quadro A.7.1.

---

---

**7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Locados de Terceiros**

---

---

QUADRO A.7.2-DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

<b>LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA</b>		<b>QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UNIDADE</b>	
		<b>EXERCÍCIO 2012</b>	<b>EXERCÍCIO 2011</b>
<b>BRASIL</b>	<b>DF</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Brasília	<b>1</b>	<b>1</b>
	<b>Subtotal Brasil</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	cidade 1	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Subtotal Exterior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Total (Brasil + Exterior)</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: Processo nº 00100.000019/2011-99 – Dispensa nº 03/2011

**Análise Crítica:** O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação possui contrato de locação de imóvel localizado na área central de Brasília (SCN Quadra 02 Bloco E) com área útil de 3.200 m<sup>2</sup>.

---

---

### **7.2.3 Discriminação dos bens Imóveis sob a Responsabilidade da Unidade**

---

---

O Instituto não tem em seu domínio imóvel especial de propriedade da União.

**8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012.**

**8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO**

**8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)**

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE GESTORA

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	Monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.1-301
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input checked="" type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.1-301
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.

<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: www.iti.gov.br/politicas
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
<input type="checkbox"/>	( 4 ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	( 3 ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	( 2 ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	( 3 ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	( 3 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	( 2 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
O presente relatório deveria substituir o questionário Perfil Gov.TI2013.	

## 8.2. Análise Crítica

O ITI contratou em 2012 uma empresa de Auditoria Externa para a Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil, cujos trabalhos foram iniciados em meados de Janeiro/2013.

O Instituto vem investindo em treinamentos voltados à Governança de Tecnologia da Informação(TI), em que pese as limitações impostas pela ausência de quadro próprio de funcionários e por um quadro de cargos, que vigora há mais de dez anos, praticamente incompatível com o crescimento do uso da Certificação Digital no Brasil.

A Carta de Serviços encontra-se em estudos, devendo, se for o caso, ser publicada ainda em 2013, porém no site institucional do ITI já constam orientações de toda ordem para os interessados em Certificação Digital.

**9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012.7.**

**9. GESTÃO DO USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>● A Unidade tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</li> <li>● Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul>			X		
●					
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</li> </ul>			X		
<ul style="list-style-type: none"> <li>● A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</li> </ul>				X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</li> <li>● Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>				X	
●					
<ul style="list-style-type: none"> <li>● No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</li> <li>● Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul>					X
●					
<ul style="list-style-type: none"> <li>● No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</li> <li>● Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>				X	
●					
<ul style="list-style-type: none"> <li>● No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</li> <li>● Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul>	X				
●					
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</li> <li>● Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>				X	
●					
	<b>Sim ( )</b>		<b>Não (x)</b>		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.</li> </ul>					X
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</li> </ul>					X
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</li> </ul>					X
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Nos últimos exercícios, a Unidade promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</li> <li>● Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>				X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>●</li> </ul>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Nos últimos exercícios, a Unidade promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</li> <li>● Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>			X		
<ul style="list-style-type: none"> <li>●</li> </ul>					
Observações: A avaliação “1”- <b>não se aplica</b> , é resultante da inexistência de frota de veículos na Unidade. Os 04 existentes são locados.					



## 9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados				
Não houve Adesão a Programas						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
<b>Papel</b>	1145	697	575	12.022,50	5.624,79	6.020,25
<b>Água</b>	2055	condomínio	condomínio	31.352,04	condomínio	condomínio
<b>Energia Elétrica</b>	30.786,67	29.076,25	31.483,17	12.646,35	12.469,87	12.690,65
			<b>Total</b>			

**Obs.:** Até o exercício de 2011 o Instituto funcionava em salas de condomínio, sendo onerado com despesas de taxa de condomínio e isento de despesas com água/esgoto.

---

---

**10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/01/2012.**

---

---

---

---

**10. CONFORMIDADE DE TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**

---

---

---

---

**10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício**

---

---

---

---

**10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício**

---

---

No decorrer do exercício de 2012 não houve deliberações expedidas pelo TCU direcionadas ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação-ITI, e tampouco pendências de exercícios anteriores. Desta forma não se aplica o preenchimento dos quadros A.10.1 ao A.10.4.

---

---

**10.1.2. Deliberações do OCI Atendidas no Exercício**

---

---

No decorrer do exercício de 2012 não houve deliberações expedidas pelo OCI direcionadas ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação-ITI, e tampouco pendências de exercícios anteriores.

---

---

**10.2 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna**

---

---

O Instituto não possui em sua estrutura regimental a Unidade de Auditoria Interna, tendo sido designado o contador da Autarquia para segregar as funções de auditor interno.

No decorrer de 2012, das análises efetuadas pelo auditor interno, não houve pontos relevantes que demandassem recomendações às unidades correspondentes.

Destaca-se que não há sistemas de monitoramento dos trabalhos de auditoria, em razão da inexistência da Unidade de Auditoria Interna.

---

---

**10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.830/93**

---

---

---

---

**10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93**

---

---

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UNIDADE, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a Lei nº 8.730/93 entregar a DBR	42		42
	Entregaram a DBR	42		42
	Não cumpriram a obrigação	0		0

Fonte: Pastas funcionais

---

---

### 10.3.2 Análise Crítica

---

---

Todos os servidores, ao tomar posse no cargo designado, apresenta uma declaração de bens e renda, em observância a Lei nº 8.730/93, e a maioria autoriza o acesso da DBR por meio eletrônico, sendo que os demais entregam, anualmente, cópia da declaração em papel.

---

---

### 10.4 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

---

---

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO			
UG: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação		Código da UG: 243001	
<p>Eu, <b>Nathércia Maria Ribeiro de Almeida</b>, CPF nº 046.411.911-15, ocupante do cargo de Coordenadora de Licitações, Contratos e Convênios/CGPOA, exercido no <b>Instituto Nacional de Tecnologia da Informação</b>, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabeleça o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	05/02/13
Responsável	Nathércia Maria Ribeiro de Almeida	Cargo	Coordenadora de Licitações e Contratos

---

---

**11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N 119, de 18/01/2012**

---

---

---

---

**11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

---

---

---

---

**11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

---

---

---

---

**11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos**

---

---

A Unidade aplicou os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao Setor Público, para realizar a depreciação dos bens patrimoniais.

Foi adotada a macrofunção SIAFI 020330 para determinar a vida útil, o valor residual e a taxa de aplicação para depreciar os bens existentes na Unidade, evidenciando por meio de registros contábeis, aqueles adquiridos e utilizados antes de 2010, em relação aos colocados em uso a partir de 2010.

A depreciação está sendo registrada mensalmente, conforme determina as NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

---

---

**11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis**

---

---

---

---

**11.2.1 Declaração com Ressalva**

---

---

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Instituto Nacional de Tecnologia da Informação</b>		<b>Código: 243001</b>	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <p style="margin-left: 40px;">a) Ausência de registro da depreciação no mês de dezembro/2012.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília-DF</b>	<b>Data</b>	<b>19/02/2013</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>José Dornelas Batista</b>	<b>CRC n.º</b>	<b>7.089/DF</b>

---

---

**11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008**

---

---

Não se aplica. Os registros contábeis são efetuados pelo SIAFI

---

---

**11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976**

---

---

Não se aplica. Os registros contábeis são efetuados pelo SIAFI

---

---

**11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais**

---

---

Não se aplica.

---

---

**11.6 Parecer da Auditoria Independente**

---

---

Os itens 11.4, 11.5 e 11.6 não são aplicados para a Unidade.

Brasília, 28 de março de 2013

Renato da Silveira Martini  
Diretor-Presidente